



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

SUMÁRIO

1 - ATAS

- 1.1 - 47ª Reunião Especial da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura – Destinada a homenagear o Conselho Estadual da Juventude pelos 25 anos de sua fundação
- 1.2 - 33ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 1.3 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

- 2.1 - Plenário
- 2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 3.1 - Plenário
- 3.2 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

7 - ERRATAS



ATAS

ATA DA 47ª REUNIÃO ESPECIAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 14/12/2012

Presidência do Deputado Dalmo Ribeiro Silva

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - Composição da Mesa - Registro de presença - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Fred Costa - Entrega de placa - Palavras do Sr. Felipe Ribeiro Silva - Apresentação artística - Palavras do Secretário Eros Biondini - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:
Dalmo Ribeiro Silva - Fred Costa - Sebastião Costa.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Dalmo Ribeiro Silva) - Às 14h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Sebastião Costa, 2º-Secretário “ad hoc”, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião a homenagear o Conselho Estadual da Juventude pelos 25 anos de sua fundação.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Felipe Ribeiro Silva, Presidente do Conselho Estadual da Juventude; Deputado Federal Eros Biondini, Secretário de Estado de Esportes e da Juventude; Bruno Reis de Figueiredo, Conselheiro do Conselho Nacional da Juventude; Gelson Antônio Leite, Coordenador do Centro de Referência da Juventude da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, representando o Prefeito Marcio Lacerda; e Deputado Fred Costa, representando o autor do requerimento que deu origem a esta homenagem, Deputado Gustavo Perrella.

Registro de Presença

O locutor - Gostaríamos de registrar a presença da Exma. Sra. Letícia Moraes Torres, Subsecretária da Casa Civil, representando a Secretária da Casa Civil e Relações Institucionais, Sra. Maria Coeli Simões Pires; dos Exmos. Srs. Emerson Ferreira Maciel, Prefeito



eleito do Município de Soledade de Minas; Nathan Lerman, Diretor de Gestão Empresarial da Prodemge; Roberto Rocha Tross, Secretário Municipal de Esporte e Lazer; e Rafael Angeli, Presidente do PTdoB Jovem Minas Gerais; e da Exma. Sra. Adriana Barbosa, Diretora do Plug Minas.

Neste instante, faremos a leitura de mensagem enviada pelo Exmo. Sr. Senador Aécio Neves: “Caro Presidente Dalmo Ribeiro Silva, ao agradecer o convite para participar da reunião especial em homenagem ao Conselho Estadual da Juventude pelos seus 25 anos de fundação, envio os meus cordiais cumprimentos aos membros desta Casa e congratulo-me com esse Conselho pelo importante trabalho que vem desenvolvendo em favor de nossa juventude. Cordialmente, Senador Aécio Neves.”

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será executado ao cavaquinho pelo músico Eduardo Gontijo.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Deputado Fred Costa

Boa tarde a todos e a todas. Início cumprimentando o competente Deputado Dalmo Ribeiro, meu dileto amigo, par nesta Casa; o Sr. Felipe Ribeiro Silva, Presidente do Conselho Estadual da Juventude; o Deputado Federal Eros Biondini, Secretário de Esportes e da Juventude, que já prestou relevantes serviços nesta Casa como Deputado e agora, como Secretário, reúne todos os predicados para realizar um grande trabalho pelo nosso Estado, na luta contra as drogas e na defesa do desenvolvimento do esporte em Minas Gerais; Sr. Bruno Reis de Figueiredo, Conselheiro do Conselho Nacional da Juventude; Sr. Gelson Antônio Leite, Coordenador do Centro de Referência da Juventude da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, representando o Prefeito Municipal de Belo Horizonte. Quero cumprimentar ainda o Dudu do Cavaco, meu amigo, competente músico, e todos os presentes na pessoa do Gabriel, jovem trabalhador militante político.

Para mim, é especial este momento em que celebramos os 25 anos do Conselho Estadual da Juventude. Minha militância em movimentos sociais começou no início da adolescência, e tive oportunidade de participar, naquela oportunidade, do 1º Conselho Municipal de Juventude e, posteriormente, do Conselho Estadual, de tal forma que, quando o Deputado Gustavo Perrella veio me falar do seu compromisso e por consequência da sua ausência na tarde de hoje, lhe agradei pela oportunidade de dividir este momento não só de festividade, de aniversário, mas também de reflexão quanto à necessidade de cada vez mais fomento do Conselho de Juventude e dos demais conselhos.

Ao longo da história - e o Deputado Eros não me deixa mentir -, teve início a organização dos jovens exatamente no movimento da Igreja Católica, movimento este que, no futuro, acabou gerando as comunidades eclesiais de base, as quais conseguiram fomentar tanto a organização da sociedade civil que surgiram as associações de bairro. Concomitantemente, foram diversos movimentos de juventude. Talvez aqueles que tenham se destacado mais no nosso país com relação à cultura e à música foram os dos anos de 1960, marcados pela irreverência, pela audácia, pela coragem da juventude, com os “hippies”, Bob Dylan e Rolling Stones, que acabaram no exterior fazendo de Woodstock um festival que reuniu 450 mil jovens.

Aqui no Brasil, nos momentos mais importantes da nossa história, os jovens tiveram uma importância transcendental. No processo de redemocratização do País, lá estavam milhões de jovens, com coragem e galhardia, tendo muitos deles sacrificado suas vidas em prol da democracia que vivemos hoje e que procuramos exercer plenamente. Mais recentemente, houve o Movimento dos Caras-pintadas, que acabou por retirar o então Presidente Fernando Collor de Mello com o “impeachment”.

Faço aqui este preâmbulo para provocar a juventude, não apenas os presentes nesta reunião que, invariavelmente, participam de movimentos sociais organizados e militam das mais diversas formas, mas também os que nos acompanham pela TV Assembleia, que participam efetivamente daquilo que acreditamos ser uma verdadeira transformação social para que, a cada dia, o nosso país seja melhor de se viver para as crianças e para os jovens de hoje. Para que isso aconteça, são necessárias, sim, políticas públicas. Dentro desse contexto, os conselhos são fundamentais. Parece até um paradoxo falar de juventude e o conselho já ter 25 anos. E isso é motivo de felicitações e comemoração. Estarmos aqui reunidos em razão do aniversário do Conselho remete-me a uma passagem recente, quando ainda era Vereador em Belo Horizonte. Num determinado momento, um Vereador apresentou um projeto - pasmem, senhores e senhoras - para acabar com os conselhos.

E em uma discussão com um dos signatários dessa proposta, a justificativa para tanto foi exatamente a razão de existir. Ora, os conselhos estão ficando mais fortes, a sociedade está participando, eles estão ficando cada vez mais propositivos, fiscalizando, fomentando políticas públicas. E em um raciocínio na contramão da história, esse parlamentar disse: “E tirando o poder de nós, Vereadores”.

Qual foi o resultado? Foi votado em 1º turno, e tivemos três votos contrários, somente – o meu e de outros dois parlamentares. Passaram-se 15 dias, e puderam observar a força que têm os conselhos e a legitimidade de sua representação. Foram centenas de pessoas que ficaram na Câmara diariamente para demovê-los desse sentimento, para que então, no 2º turno, pudessemos derrotar essa famigerada proposta.

Conselhos são fundamentais na organização da sociedade, e o Conselho da Juventude, em especial, vem prestando ao longo desses anos um relevante serviço ao Estado de Minas Gerais no fomento das políticas públicas para o esporte e, agora, com o advento de grandes eventos que iremos hospedar. Não me refiro somente à Copa do Mundo ou à Copa das Confederações, mas poderia citar um grande evento internacional a ser realizado pela Igreja Católica, em que iremos receber e, se Deus quiser, mostrar que Belo Horizonte, cidade de 115 anos, é uma cidade centenária que recebe, acolhe, procura desenvolver tudo o que diz respeito à juventude. Juventude que também terá um papel fundamental para que possamos vencer a guerra contra um dos principais males da atual sociedade, que são as drogas.

Que nós nos unamos - conselho, sociedade, entusiastas da causa, pessoas prodigiosas de coração - pelo desenvolvimento do nosso Estado, pelo desenvolvimento da nossa juventude e para, cada vez mais, fortalecer os conselhos.



Despeço-me parabenizando cada um de vocês que fazem parte dessa história, a todos os Presidentes que por aqui já passaram exercendo com muita competência o seu papel; parabenizando o Governador Anastasia, já que Minas Gerais possui praticamente 40 conselhos fomentando e colaborando com as políticas públicas do governo do Estado.

As definições de juventude nos dicionários são diversas, mas uma delas me chama muito a atenção: primeiro tempo de algo. No primeiro tempo, geralmente estamos mais dispostos, com mais energia. Que essa energia seja uma válvula propulsora de trabalho, de coragem, de sentimento de mudança para uma sociedade melhor para todos nós neste ano, em uma das definições de juventude. Vou-me despedindo dessa idade, mas continuo com a mesma vontade, já que tenho 35 anos de idade, para servir a todas as idades, sobretudo a essa juventude aguerrida e corajosa. Parabéns a todos vocês.

Entrega de Placa

O locutor - Neste momento, o Deputado Dalmo Ribeiro Silva, representando o Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Dinis Pinheiro, fará a entrega ao Sr. Felipe Ribeiro Silva, Presidente do Conselho Estadual da Juventude, de placa alusiva a esta homenagem. A placa a ser entregue contém os seguintes dizeres: “Quase 10% dos jovens brasileiros vivem em Minas Gerais. São cerca de 5 milhões de cidadãos das diversas regiões do Estado, que contam com um órgão público voltado exclusivamente para atender às suas demandas, garantir seus direitos e provê-las de oportunidades, em especial a inserção no mercado de trabalho. É esse o trabalho do Conselho Estadual da Juventude, responsável pela elaboração e execução de políticas públicas que beneficiem especificamente essa parcela da população. A entidade torna-se ainda mais relevante se considerarmos que as atividades por ela desenvolvidas ajudam a preparar aqueles que vão construir o futuro de Minas Gerais. Ao completar 25 anos de sua criação, o Conselho Estadual da Juventude recebe merecida homenagem da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.”

O Sr. Presidente - A Presidência tem o prazer de convidar o Deputado e Secretário Eros Biondini e o Deputado Fred Costa para nos acompanharem neste ato.

- Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Sr. Felipe Ribeiro Silva

Exmo. Sr. Deputado Dalmo Ribeiro Silva, combatente parlamentar do Sul de Minas, nesta oportunidade representando o Presidente desta Casa, Deputado Dinis Pinheiro; Exmo. Sr. Secretário de Esportes e da Juventude, Deputado Eros Biondini; membros da Secretaria de Esportes e da Juventude; caro amigo Bruno Reis, que representa o Conselho Nacional da Juventude; caro amigo Gelson, representante da Prefeitura Municipal e Coordenador do Centro de Referência da Juventude, importante parceria do Conselho com o Governo do Estado; Exmo. Sr. Deputado Fred Costa, coautor do requerimento e jovem combatente, podemos perceber que, desde a Câmara Municipal até o Legislativo mineiro, V. Exa. vem sendo um Deputado combatente e atuante, não só em favor dos jovens, mas também de toda Minas Gerais.

Gostaria de saudar também os escoteiros presentes, os Secretários, amigos, jovens e demais autoridades. Honra-me muito estar à frente do Conselho Estadual da Juventude, nesta data em que comemoramos seus 25 anos de fundação.

Gostaria de agradecer, primeiramente, a confiança em mim depositada pelo Governador Antonio Anastasia e, principalmente, aos meus colegas conselheiros, membros desse Conselho, que, em suas ações, sempre estão lutando pelo seu desenvolvimento. Dessa forma, fazemos do Conselho um espaço importante de interlocução entre a juventude mineira e o governo.

Queria deixar registrado também o nosso reconhecimento da importante tarefa executada pelos ex-Presidentes, ex-Secretários de Esporte e Juventude, que contribuíram para a evolução desse Conselho tão importante, para incrementar políticas públicas para a juventude, os quais faço questão de citar: Roberto Tross, grande líder da juventude, que sempre batalhou em prol da juventude buscando avanços na sua caminhada. Parabéns Roberto Tross e muito obrigado pela parceria de sempre.

Em nome da juventude mineira, o Conselho Estadual da Juventude agradece as homenagens ao Deputado Gustavo Perrella, um dos autores do requerimento, e ao Deputado Fred Costa, por essa iniciativa que marca, mais uma vez, os 25 anos do Conselho, os quais comemoramos com muita alegria e emoção.

Quero agradecer também ao músico “Dudu do Cavaco”, que é um jovem. Podemos perceber que, para a juventude não basta apenas a idade, é preciso dedicação, conhecimento e a busca dos anseios, dos objetivos e do que se deseja incrementar para a vida.

O impactante e profundo engajamento do jovem na sociedade brasileira, com certeza, começou com o movimento Diretas Já!, que mostrou sua força ao lutar pelos direitos do povo brasileiro. Lembrada como uma das maiores manifestações populares já ocorridas no País, o movimento Diretas Já!, capitaneado pela juventude, mostrou um sinergismo com a sociedade em prol da volta da democracia. Pouco tempo depois, a força jovem se fez presente com o movimento dos Caras-Pintadas, em que exigiram a saída do ex-Presidente Fernando Collor, o que de fato ocorreu. Esse foi um importante marco da juventude na história de nosso país.

Em 1984, por meio do Decreto nº 2.700, o governo de Minas instituiu o Conselho Estadual da Juventude, com a importante função de conduzir as políticas públicas e estabelecer uma nova relação entre o Estado e a sociedade. Ao reunir governo e sociedade civil no fortalecimento e na ampliação do debate de questões inerentes às políticas públicas para jovens, o Conselho se consolida na atualidade como espaço democrático e como instrumento de mobilização popular e de controle social sobre a efetividade dessas políticas públicas, representando cerca de 5 milhões de jovens de todo o Estado.

Meu caro amigo, Secretário-Adjunto Rogério, quero dissertar ainda que a juventude mineira que esteve reunida em peso, no ano de 2011, com cerca de 25 mil jovens de todo o Estado, se mobilizou pelas conferências municipais. A II Conferência Municipal de Juventude, realizada na cidade de Araxá, contou com a presença de 650 jovens, representantes de 165 Municípios mineiros, e provou ser um espaço amplo para debater, coordenar e propagar as ações voltadas para a juventude de nosso Estado. A Conferência foi um palco de outras proposições importantes, como a criação de espaço público para apresentações culturais, a fim de que os jovens se apropriem dos locais e possam desenvolver atividades que os aproximem da cultura, sem precisar custeá-las.



Será consolidada nesta Capital a construção do Centro de Referência da Juventude, cujas obras terão início em 2013. Será uma forte parceria entre o governo de Minas e a Prefeitura de Belo Horizonte. Tenho a certeza de que a Região Metropolitana muito irá se enriquecer com a construção desse centro, que beneficiará todos os jovens da Região Metropolitana.

Com a sanção do Projeto de Lei nº 3.077, que está sendo debatido nesta Casa, iremos ampliar ainda mais a participação do jovem em nossa sociedade, por meio da criação de mais conselhos municipais. Queremos a interiorização das políticas públicas da juventude para ampliar a participação dos conselhos municipais, tendo em vista a importância de trazer os jovens do interior para mais perto dos debates e da elaboração de políticas públicas para a juventude de nosso Estado.

Destaco a presença do nosso Prefeito, Emerson, de Soledade de Minas. Com certeza, traremos de sua cidade para debater conosco as elaborações e proposições das políticas públicas voltadas para a juventude.

O governo do Estado de Minas Gerais, nos últimos anos, tem avançado substancialmente nos programas voltados para as políticas públicas da juventude, tais como a construção do Plug Minas, do Point Barreiro e a execução do Poupança Jovem e do Fica Vivo. Também receberemos, em 2013, a Jornada Mundial da Juventude.

Minha cara amiga Adriana, Diretora do Plug Minas, quero destacar que o Centro de Formação e Experimentação Digital, cujas ações são acompanhadas e fiscalizadas pelo Conselho, proporciona aos jovens que estudam em alguma escola pública da Região Metropolitana a participação em atividades nas áreas da cultura digital, arte, empreendedorismo e idiomas, auxiliando-os a construir um caminho e colocar em prática o seu direito à educação e à participação na vida cidadã. Destaco também a nossa Conselheira Ana, que é uma das Diretoras do Plug Minas. Ela tem realizado um grande trabalho.

No Poder Legislativo, podemos citar o Parlamento Jovem, programa que, em parceria com a PUC Minas, traz os jovens para a participação política e social, evento muito bem conduzido pela Escola do Legislativo. Parabéns ao Presidente desta Casa, Deputado Dinis Pinheiro, pelo pioneirismo nesse programa, que tem tido visibilidade nacional, sendo um dos Parlamentos mais importantes para a construção juvenil.

A Subsecretaria de Juventude, que tem à sua frente o Subsecretário de Juventude, Gabriel Azevedo, tem desempenhado um papel fundamental, de extrema importância para a aproximação desses jovens mineiros, para a comunicação e implementação das políticas públicas. Com essa parceria entre a Secretaria de Esportes e Juventude, a Subsecretaria de Juventude e o Conselho Estadual de Juventude, tenho certeza, os jovens só têm a ganhar.

Com 25 anos de funcionamento, queremos continuar organizando a participação da juventude nos programas do governo do Estado de Minas Gerais. Estamos preparando um mapeamento de todas as entidades juvenis do Estado, para que possamos trabalhar de forma conjunta para o desenvolvimento dos nossos jovens, dos nossos Municípios, do nosso Estado e do nosso país. Com isso traremos a representatividade de jovens para um debate, um diálogo sadio, para que juntos possamos construir uma verdadeira juventude em rede no Estado de Minas Gerais, que seja pioneira nesse aspecto.

Com o intuito de termos uma ferramenta transparente, com linguagem simples e direto, criamos uma “fanpage” no Facebook, onde jovens do mundo todo podem acompanhar as nossas ações, viabilizando, assim, um canal aberto de comunicação com os jovens do Estado e do mundo inteiro.

Em março de 2013 iremos realizar o Fórum Mineiro de Gestores da Juventude, que visa qualificar os gestores de juventude municipais e, em outubro de 2013, iremos realizar a III Conferência Estadual de Juventude, oportunidade em que os jovens do nosso Estado poderão debater, dialogar e acompanhar as ações de políticas públicas para a juventude.

O papel do Conselho é trabalhar com todas as entidades jovens, buscando o avanço das políticas públicas voltadas para a juventude. O incentivo à participação dos jovens parte da perspectiva de que a juventude não é simplesmente a geração futura, mas sim uma geração que pode e deve colaborar com a sociedade em que vivemos.

É preciso vencer barreiras culturais e avançar ainda mais. A juventude foi e sempre será o principal agente de transformação da sociedade brasileira, contribuindo de modo positivo na criação e propagação de novos paradigmas, como a ocupação dos espaços políticos formais da verdadeira democracia representativa.

Quero consignar, uma vez mais, ao eminente Governador Prof. Antonio Anastasia meus sinceros agradecimentos pela especial atenção com que tem tratado em seu governo a questão das políticas públicas da juventude, priorizando a construção de propostas importantes que são debatidas com os jovens, visando valorizá-los ainda mais, inseri-los no mercado de trabalho e oferecer importantes e valiosos pontos para a valorização de cada um de nós.

Quero destacar a honrosa presença do Secretário de Esportes e da Juventude, o jovem Deputado Federal Eros Biondini, que assumiu a Pasta agora e manifestou sua reiterada disposição para que a juventude mineira tenha um foco engajado e se destaque no cenário nacional.

Quero encerrar minhas palavras, motivado pela forte emoção de ocupar pela primeira vez esta tribuna, na qualidade de Presidente do Conselho Estadual da Juventude, reafirmando a todos a minha grande disposição de continuar a percorrer toda a nossa Minas Gerais em busca de propostas e debates com a nossa juventude corajosa, imprescindível para a construção da história de nossa Minas Gerais. Este espaço que temos hoje no Parlamento é muito importante. Agradeço mais uma vez ao Deputado Fred Costa. Estamos conquistando espaços, debatendo com a juventude. A grande presença de autoridades e representantes de entidades partidárias e juvenis demonstra que a juventude mineira está, sim, engajada na construção de uma sociedade mais justa e fraterna para todos os nossos jovens. Agradeço também à minha família, que está aqui presente. Muito obrigado pela companhia de sempre. Desejo a todos um feliz Natal, um próspero ano novo, repleto de realizações não só para a juventude, mas também para toda a sociedade brasileira. Muito obrigado.

Apresentação Artística

O locutor - Convidamos os presentes a assistir à apresentação de dança do Coletivo 3 do Núcleo Valores de Minas do Plug Minas - Centro de Formação e Experimentação Digital -, com as jovens Aline Caroline Souza Mathias, Amanda Caroline dos Santos, Bruna



Silva Lemos Barbosa, Débora Carneiro de Andrade, Pollyana Oliveira do Carmo, Sarah Joyce Teixeira Silva Guedes e Mariana Nayra Batista Silva, com a música “Sacudir e despertar”.

- Procede-se à apresentação artística.

Palavras do Secretário Eros Biondini

Boa tarde a todas e a todos. Para mim é uma alegria muito grande poder ocupar esta tribuna, onde estive, por muitas vezes, para defender causas e bandeiras importantes não só para a nossa juventude, mas também para o nosso Estado e o nosso país. Recordo-me com saudade dos tempos em que vivi aqui, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, lugar onde iniciei minha vida pública.

Cumprimento o meu querido Deputado Dalmo Ribeiro Silva, meu colega desta Casa que hoje preside esta importante solenidade; também o colega e companheiro Deputado Fred Costa; meu querido amigo Bruno Reis de Figueiredo, que representa o Conselho Nacional da Juventude; Gelson Antônio Leite, que representa a Prefeitura de Belo Horizonte; meu caro Felipe Ribeiro Silva, Presidente do Conselho Estadual. Hoje ele também se torna uma figura que representa esse Conselho e todos os seus membros. Na sua pessoa, cumprimento todos os membros do atual Conselho Nacional da Juventude.

Quero cumprimentar também o Roberto Tross, Secretário Municipal de Esporte e Lazer de Belo Horizonte; todos os que estão aqui e trabalham na Prefeitura de Belo Horizonte e em outras Prefeituras; o Prefeito que foi mencionado; o Secretário Rogério Romero; o Subsecretário Gabriel; a Subsecretária Leticia, que representa aqui a Casa Civil, em cuja pessoa cumprimento meus colegas servidores do Estado. Com muito carinho, cumprimento todos os que são colaboradores como eu e servem no Estado; todos os seguimentos da juventude aqui representados; de maneira especial, os presidentes das juventudes partidárias, que também, com carinho, aceitaram nosso convite; a imprensa e os nossos amigos que nos acompanham pela TV Assembleia de todos os lugares de Minas Gerais, porque, em cada rincão de Minas, com certeza existe um grupo de jovens, um conselho de jovens ou algum movimento juvenil nos acompanhando agora.

Em poucas palavras, quero dizer que me sinto privilegiado, orgulhoso e honrado por participar hoje desta solenidade. Hoje sou Secretário de Esportes e da Juventude, Pasta que agora absorve também a Subsecretaria de Política sobre Drogas e com a qual tenho muita afinidade, já que - sendo muito transparente e sincero - tive um momento crucial em minha juventude. Graças a movimentos organizados de juventude, que eram responsáveis pela transformação da sociedade, não obstante toda a irreverência própria da juventude, e tinham também responsabilidade social com seus semelhantes, graças a organizações como essas do Conselho Estadual da Juventude, pude ter uma mão estendida no momento em que corria o risco de me tornar um dependente químico. Por isso, para mim, o protagonismo juvenil na construção da atual sociedade é importante para as conquistas do nosso Estado e do nosso país. Isso é muito claro, é óbvio, e acho que não é segredo para nenhum de vocês, que são, tão melhores do que eu, conhecedores de todo o trabalho desenvolvido não só pelo Conselho e pela juventude na construção da sociedade.

O que passou deixou marcas que hoje conseguimos ver na história, nos livros e foi consequência do que vivemos e compartilhamos. Quero aqui deixar um desafio para todos, porque os anos vindouros, o que vamos contemplar, acredito, não se compara com o que já vivemos até agora.

Como foi bem dito aqui - e não quero ficar repetindo - teremos, no ano que vem, um grande evento que ultrapassa os limites de instituições como a Igreja Católica e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil: a Jornada Mundial da Juventude. Já participei de várias edições desse evento e, no ano passado, estive em Madri representando a Câmara Federal ao lado do Gabriel, que representava na ocasião o Governador Anastasia e o governo de Minas. Essa jornada será um grande acontecimento ecumênico de formação de agentes da paz mundial e dela participam inúmeros movimentos. Praticamente todos os continentes estão presentes em um momento ímpar para interagirmos e gerarmos intercâmbios.

Para essa jornada mundial ser realizada no Brasil no ano que vem, houve necessidade de uma grande mobilização dos jovens brasileiros, ao mesmo tempo em que houve um reconhecimento internacional da postura dos jovens, das necessidades dos jovens brasileiros. Teremos no ano que vem 4 milhões de jovens reunidos no Rio de Janeiro; em média, em torno de 50 mil jovens de outros países farão as pré-jornadas e encontros mundiais de segmentos juvenis aqui em Minas Gerais, o que é um grande desafio e uma grande conquista também para nós. Não era pela logística, pela infraestrutura, muito certa a escolha do Brasil para sediar a jornada, mas isso foi uma conquista, da qual, aliás, tenho a alegria de ter participado. Além da Jornada Mundial da Juventude, tantos outros eventos serão realizados e terão no seu centro a presença de jovens atletas, paratletas. Por isso hoje a relevância dos 25 anos do Conselho Estadual da Juventude. Todos, mais do que festejar, precisamos nos engajar nessa responsabilidade.

Lembro-me de quando meus pais fizeram 25 anos de casados. Foi uma grande festa. Havia fotografias deles saindo do carro no dia do casamento. Eles olhavam para trás e se viam ali, bem novinhos. Era contada ali a história dos seus 25 anos de casados; porém, naquele dia também trocaram as alianças. Até os 25 anos de casados, era uma, e trocaram-na como quem quer renovar compromissos e, ao mesmo tempo, aceitar novos desafios.

Hoje vejo o bom trabalho realizado na Secretaria de Esporte, tão bem conduzida pelo Secretário Rogério Romero, a quem quero parabenizar de maneira especial. É uma alegria estar agora ao seu lado conduzindo os trabalhos de secretaria tão importante para os próximos anos.

Tenho a consciência de que, comemorando e vivendo essa história bonita, devemos também nos engajar dentro dos grandes desafios que temos diante de nossos olhos. Somos pessoas reconhecidas hoje pelo trabalho realizado, mas também devemos ser cobrados pelos grandes desafios que temos diante de nós.

Hoje temos irmãos nossos, semelhantes nossos que estão completamente perdidos. Precisamos, pois, ampliar, melhorar, se for o caso, transformar as nossas políticas públicas de juventude para alcançar aqueles que até agora, por algum motivo, não alcançamos. Realmente, nesses 25 anos, é o grande desafio que temos pela frente.

Deixo o meu abraço a todos os membros do Conselho. Só estou hoje na vida pública, querido Fred Costa, porque fui despertado nos movimentos de jovens, como voluntário nas comunidades terapêuticas na minha juventude, nas casas de atendimento a jovens



portadores de aids e de câncer. Aqui e fora do Brasil, percebi que realmente o protagonismo de nós, jovens, é determinante para gerar esperanças para nossas famílias e para a nossa sociedade. É por isso mesmo que um dia fui lembrado para ser candidato a Deputado Estadual, depois a Deputado Federal e hoje tenho a honra de estar num posto de serviço tão importante que é a Secretaria de Esportes e da Juventude.

Meu reconhecimento, meu respeito a todos do Conselho, ao Conselho, aos que construíram a história dos 25 anos e a minha mão estendida para colaborar para, com mais 25 anos, podermos aqui voltar com frutos maduros nas nossas mãos.

Deus abençoe todos vocês. Sinto-me honrado. Mais uma vez friso a honra de poder ocupar esta tribuna como um jovem, se me permitem, que também, como vocês, quer lutar por um mundo melhor. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Presidente

Cumprimento o Exmo. Sr. Eros Biondini, Secretário de Esportes e da Juventude, Deputado Federal e caríssimo amigo, com quem tivemos longa convivência neste Parlamento mineiro. A volta de V. Exa. a esta Casa para a comemoração dos 25 anos do Conselho da Juventude é uma enorme satisfação. Ficamos muito felizes com a presença de V. Exa., que agora está à frente da Secretaria. Quero saudar também o caríssimo amigo Bruno Reis de Figueiredo, Conselheiro do Conselho Nacional da Juventude, que tanto tem se destacado em Brasília na defesa da juventude mineira; e o Gelson Antônio Leite, Coordenador do Centro de Referência da Juventude da Prefeitura de Belo Horizonte, que aqui representa o Prefeito Marcio Lacerda e a quem quero parabenizar pelo extraordinário trabalho que tem feito junto à juventude belo-horizontina. Destaco também a presença do coautor do requerimento, Exmo. Sr. Deputado Fred Costa, que, vindo da Câmara Municipal, é uma das mais gratas revelações do Parlamento mineiro, onde, em um grande momento da sua história política, tem presença constante e trabalha com enorme dedicação na defesa do povo mineiro. Parabéns pela homenagem que V. Exa. faz ao Conselho e por suas frequentes manifestações neste Plenário em favor do jovem de Minas Gerais. Quero saudar também o querido Felipe Ribeiro Silva, Presidente do Conselho Estadual da Juventude, e, na sua pessoa, todos os membros do Conselho, agradecendo muito a honrosa presença neste Parlamento. Permitam-me saudar a Secretária Leticia e os Secretários Roberto Tross, Rogério e Gabriel, jovens que aqui se encontram, agradecendo a participação de todos. Faço um registro especial ao querido amigo Dr. Nathan Lerman, Diretor Executivo da Prodemge, sempre participativo. Faço uma saudação ao grupo de escoteiros, agradecendo a honrosa presença - é muito importante ver jovens participando de momentos como este, particularmente os escoteiros, que têm papel primordial para a juventude na defesa da dignidade de todos os jovens. Agradeço ainda a presença da Aline, da Amanda, da Bruna, da Débora, da Sarah, da Pollyana e da Mariana, do Centro de Formação e Experimentação Digital, que nos trouxeram esse belo espetáculo "Sacudir e Despertar". Saúdo todos os presentes, agradecendo, mais uma vez, em nome do Presidente Dinis Pinheiro, a honrosa presença dos senhores e das senhoras nesta tarde.

A mensagem do nosso Presidente é a que segue. (- Lê:)

"Vista ora como problema, ora como salvação de nosso país, a juventude, que, muito além dos clichês, representa nosso futuro - incluindo os sonhos, as dificuldades e os desafios à espera do Brasil -, é fundamental para a prática da democracia participativa.

Paralelamente ao seu potencial inovador e à sua capacidade de absorver mudanças e de rapidamente reagir a elas, essa camada numerosa de nossa população está também exposta a muitas adversidades. Exemplificando, a cada dois desempregados entre nós, um é jovem e, entre os que trabalham, uma parte considerável está na informalidade. Em relação aos acidentes de trânsito e aos homicídios, os jovens são os que mais morrem e os que mais matam, constituindo a maioria da população carcerária. Mais de 25% das adolescentes entre 15 e 19 anos já são mães, e mais de 1 milhão de jovens não estudam nem trabalham. Na área rural, há mais de 1 milhão de jovens analfabetos, uma cifra preocupante. Novos arranjos familiares têm ocorrido na nossa vida coletiva, em decorrência da iniciação precoce da sexualidade. Essa iniciação, antes de representar uma passagem efetiva para a vida adulta, consiste numa experiência marcada pela incerteza, pois não é acompanhada, geralmente, da independência econômica, o que gera, em consequência, novas necessidades no campo da saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos.

Assim, jovens casais criam os filhos na casa de seus pais ou não moram juntos, evitando assumir as responsabilidades características do mundo adulto, o que interfere tanto no seu desenvolvimento educacional quanto no de seus filhos. Ao mesmo tempo, grupos de jovens negros, indígenas e de orientação sexual diversa buscam afirmar seus próprios direitos. Trata-se de uma geração que vivencia intensamente a disseminação das novas tecnologias de informação e de comunicação, preocupando-se com os riscos ambientais. Está também visceralmente exposta à truculência do tráfico de drogas ilícitas e à violência policial, sobretudo nas camadas mais pobres.

Por isso é importante a organização e a participação política da juventude, que deve se preparar para enfrentar os problemas sociais que afetam todas as gerações, bem como precisa estar apta para criar novas bases para o desenvolvimento econômico. Cabe, portanto, à sociedade brasileira refletir sobre a atenção a ser dada a essa importante faixa populacional, diante dos obstáculos com que convive e de seu potencial de realizações futuras. Esse quadro de enorme complexidade evidencia, segundo os movimentos organizados da juventude, a necessidade de políticas públicas específicas.

Criado há 25 anos, o Conselho Estadual da Juventude vem expandindo, paulatinamente, suas ações para melhorar a realidade dos jovens em todos os Municípios mineiros, garantindo seus direitos e oportunidades, sobretudo para sua inserção no mercado de trabalho. O Conselho vem sendo um parceiro importante da Assembleia Legislativa, tendo em vista a valorização das novas gerações e de nossa aposta em seu futuro. Entre as ações desenvolvidas por esta Casa, muitas em parceria com o Estado, está a permanente contribuição à melhor formação dos jovens cidadãos por meio de projetos, como o Expresso Cidadania e o Parlamento Jovem, que oferecem aos envolvidos ações participativas e autênticas vivências políticas. Nossa preocupação em combater o "crack", droga que se alastra em todos os meios sociais, significa, sim, um grande compromisso com a saúde pública, pois se trata de uma questão que envolve, em especial, nossos adolescentes. Conscientes da grande importância para Minas Gerais do Conselho Estadual da Juventude, celebramos esse momento de sua história certos de que sua influência deve contribuir para melhorar, cada vez mais, os índices econômicos e sociais de nosso Estado".



Quero parabenizar, particularmente os que foram jovens, por esse importante momento que estamos vivendo. Hoje temos esse olhar no futuro, um futuro promissor, estando nas mãos dos jovens, com certeza, o desenvolvimento deste país e de nosso Estado. É tão bom haver participação dos jovens na política, na vida social, porque a inteligência do jovem está afeita à realização de grandes projetos. Neste instante em que o Conselho celebra um momento importante e histórico para Minas, seus 25 anos, queremos também abraçar todos vocês, caríssimos Conselheiros, amigos, jovens. E faço muita questão de destacar a participação de cada um de vocês na construção deste país, da cidadania, da dignidade, da autoestima, ressaltando sempre, com certeza, o desenvolvimento de cada um e, por que não dizer, a família dos jovens, que tanto participa ativamente da construção de cada filho, de cada membro da unidade familiar. Por meio dessa juventude corajosa que há em Minas, tenho certeza de que elaboraremos políticas públicas para garantir o desenvolvimento e a paz social de nosso Estado e de nosso país.

Parabéns a todos vocês. A Assembleia Legislativa neste momento felicita todos aqueles que puderam, ao longo desses 25 anos, participar, dar um pouquinho de si para o Conselho alcançar 25 anos com a mesma dignidade que aqui estamos comemorando. Com certeza estaremos, muito em breve, dentro de 25 anos, comemorando o cinquentenário do Conselho em Minas Gerais. Parabéns, muito obrigado a todos, em nome do Presidente, Deputado Dinis Pinheiro.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a especial de logo mais, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 33ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 12/12/2012

Presidência do Deputado Dinis Pinheiro

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Requerimento do Deputado Antônio Carlos Arantes; aprovação - 2ª Fase: Palavras do Sr. Presidente - Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do Deputado Sargento Rodrigues; aprovação - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.960/2012; aprovação - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.961/2012; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.782/2012; aprovação na forma do vencido em 1º turno com a Emenda nº 1 - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.789/2012; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.819/2012; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.869/2012; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.004/2012; não recebimento de emenda do Deputado Sargento Rodrigues; encerramento da discussão; votação do projeto; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.226/2012; aprovação - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.318/2011; encerramento da discussão; votação do projeto, salvo emendas; aprovação; leitura e votação das Emendas nºs 1 e 2; aprovação - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.525/2011; aprovação na forma do Substitutivo nº 2; prejudicialidade do Substitutivo nº 1 - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.669/2011; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 com as Emendas nºs 1 a 4 e 6; prejudicialidade da Emenda nº 5 - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.811/2012; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 com a Emenda nº 1; declaração de voto - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.077/2012; requerimento do Deputado Gilberto Abramo; aprovação do requerimento - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.278/2012; aprovação - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.392/2012; aprovação com a Emenda nº 1 - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.461/2012; discurso do Deputado Rogério Correia; encerramento da discussão; votação do Substitutivo nº 3; aprovação; prejudicialidade dos Substitutivos nºs 1 e 2 - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.522/2012; aprovação com a Emenda nº 1 - Registro de presença - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.587/2012; requerimento do Deputado Gilberto Abramo; questão de ordem; suspensão e reabertura da reunião; discurso do Deputado Lafayette de Andrada; votação do requerimento; rejeição; verificação de votação; inexistência de quórum para votação; anulação da votação; questões de ordem; existência de número regimental para votação; questões de ordem; renovação da votação do requerimento; rejeição; verificação de votação; inexistência de quórum para votação; anulação da votação; prejudicialidade do requerimento; discurso do Deputado Gilberto Abramo; questão de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Dinis Pinheiro - Inácio Franco - Paulo Guedes - Dilzon Melo - Alencar da Silveira Jr. - Jayro Lessa - Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Antonio Lerin - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão - Bosco - Braulio Braz - Carlos Henrique - Carlos Mosconi - Celinho do Sinttrocel - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duilio de Castro - Durval Ângelo - Elismar Prado - Fábio Cherem - Fred Costa - Gilberto Abramo - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Perrella - Gustavo Valadares - Hélio Gomes - Hely Tarquínio - Ivair Nogueira - João Leite - João Vítor Xavier - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Marques Abreu - Neider Moreira - Neilando Pimenta - Pinduca Ferreira - Pompílio Canavez - Rogério Correia - Romel Anízio - Rômulo Viegas - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Ulysses Gomes - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Dinis Pinheiro) - Às 20 horas, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.



1ª Parte

Ata

- O Deputado Dilzon Melo, 1º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

O Sr. Presidente - Requerimento do Deputado Antônio Carlos Arantes em que solicita tramitação em regime de urgência para o Projeto de Lei nº 1.639/2011. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Cumpra-se.

2ª Fase

O Sr. Presidente - Esgotada a matéria destinada a esta fase, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta desta reunião os Projetos de Lei nºs 78, 728, 767, 877, 897, 1.369, 1.449, 1.505, 1.554, 2.093, 2.253 e 2.352/2011, 3.152, 3.250, 3.251, 3.452, 3.474, 3.527, 3.538 e 3.606/2012 e o Projeto de Resolução nº 3.628/2012, apreciados na ordinária realizada hoje, à tarde.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Sargento Rodrigues em que solicita a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Lei Complementar nº 24/2012 seja apreciado em último lugar. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.960/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cataguases o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.961/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cataguases o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.961/2012 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.782/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Timóteo o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno com a Emenda nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto, salvo emenda. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.782/2012 na forma do vencido em 1º turno com a Emenda nº 1. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.789/2012, do Deputado Romel Anízio, que altera a destinação do imóvel de que trata a Lei nº 8.392, de 30/12/82, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter, por doação, ao Município de Campo Florido o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.789/2012 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.819/2012, do Deputado Antônio Carlos Arantes, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Jacuí o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos, encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.819/2012 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.869/2012, do Deputado Antônio Carlos Arantes, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Guaranésia o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.869/2012 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.004/2012, do Deputado Sargento Rodrigues, que altera o inciso I do art. 6º da Lei nº 20.010, de 5/1/2012, que dispõe sobre o sistema de ensino da PMMG e dá outras providências. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos.

- A Presidência, nos termos do inciso IV do art. 173, c/c o inciso I do art. 284, do Regimento Interno, deixa de receber a seguinte emenda por constituir matéria prejudicada:

EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 3.004/2012

Acrescente-se onde convier:



“Art. ... - Os Comandantes-Gerais da Polícia Militar de Minas Gerais e do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais regulamentarão em até noventa dias, a contar da data da publicação desta lei, a jornada de trabalho das carreiras de que trata a Lei nº 5.301, de 1969, estipulando a carga horária mínima e máxima.”

Sala das Reuniões, 12 de dezembro de 2012.

Sargento Rodrigues

O Sr. Presidente - Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 3.004/2012 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.226/2012, do Deputado Zé Maia, que autoriza o donatário do imóvel de que trata a Lei nº 19.580, de 16/8/2011, a permutar o imóvel que menciona. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.318/2011, do Governador do Estado, que obriga estabelecimentos de serviços de saúde e estabelecimentos de serviços de interesse da saúde do Estado a manterem material de divulgação sobre os benefícios da Rede de Atenção à Saúde da Gestante afixado em local de fácil acesso. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Justiça, e a Emenda nº 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, e a Emenda nº 2, da Comissão de Saúde. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto, salvo emendas. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Votação das Emendas nºs 1 e 2.

O Deputado Gilberto Abramo - A leitura das emendas, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Mesmo considerando, Deputado Gilberto Abramo, que as emendas já foram publicadas, a Presidência abrirá, neste caso, uma exceção e solicita ao Sr. Secretário que faça a leitura das Emendas nºs 1 e 2.

O Sr. Secretário (Deputado Dilzon Melo) - (- Lê a Emenda nº 1, publicada na edição de 11/7/2012, e a Emenda nº 2, publicada na edição de 15/11/2012.)

O Sr. Presidente - Em votação, as Emendas nº 1 e 2. As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 2.318/2011 com as Emendas nºs 1 e 2. À Comissão de Saúde.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.525/2011, do Deputado Marques Abreu, que dispõe sobre o funcionamento das instituições asilares privadas. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão do Trabalho, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o Substitutivo nº 2. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Com a aprovação do Substitutivo nº 2, fica prejudicado o Substitutivo nº 1. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 2.525/2011 na forma do Substitutivo nº 2. À Comissão do Trabalho.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.669/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que institui o Polo Fruticultor de Morango do Setor de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 a 5, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 a 4, da Comissão de Política Agropecuária, e a Emenda nº 6, que apresenta; e pela rejeição da Emenda nº 5, da Comissão de Política Agropecuária. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o Substitutivo nº 1, salvo emendas. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, as Emendas nºs 1 a 4 e 6. As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Com a aprovação da Emenda nº 6, fica prejudicada a Emenda nº 5. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 2.669/2011 na forma do Substitutivo nº 1, com as Emendas nºs 1 a 4 e 6. À Comissão de Política Agropecuária.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.811/2012, do Deputado Doutor Wilson Batista, que assegura o acesso às técnicas de preservação de gametas e ao tratamento para a procriação medicamente assistida por parte dos pacientes em idade reprodutiva submetidos a tratamento de câncer no Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, da Comissão de Saúde. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o Substitutivo nº 1, salvo emenda. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 2.811/2012 na forma do Substitutivo nº 1, com a Emenda nº 1. À Comissão de Saúde.

Declaração de Voto

O Deputado Doutor Wilson Batista - Sr. Presidente, a importância desse projeto é que, com o avanço hoje do tratamento do câncer, é possível a muitos jovens submetidos a esse tratamento tornarem-se curados. Mas, como consequência desse tratamento, surgem complicações às vezes irreversíveis, principalmente para os pacientes jovens que são submetidos a quimioterapia e radioterapia.



Muitos deles se tornam inférteis. E quando não se tornam inférteis, ficam com lesões sérias nas células, no DNA das células reprodutoras. Então, como recomendação da Associação Americana de Oncologia, é consenso e faz parte do consentimento que, antes de se iniciar qualquer tratamento para câncer em pacientes jovens, eles sejam encorajados a fazer a coleta de seus gametas para que, pelo avanço da medicina, essas células se tornem viáveis, saudáveis, criopreservadas durante anos. Quando um paciente jovem virar essa página sombria de enfrentamento do câncer e se curar, novos horizontes surgirão na vida deles, comuns a todo cidadão, como trabalhar, estudar e ter filhos. Por isso a importância de eles fazerem a coleta desses gametas. Após a cura da doença, eles poderão ter filhos. Isso é de uma dimensão incontestável. Hoje o SUS não garante aos pacientes jovens esse avanço da medicina, que é a reprodução humana para pacientes submetidos ao tratamento de câncer. Esse projeto é para que esses pacientes tenham acesso e garantia a esse tratamento no âmbito do SUS. Um tratamento como esse custa em torno de R\$3.000,00, e muitos de nossos pacientes não têm condições de pagá-lo. Além disso, ele é feito somente em clínicas particulares. A pretensão do nosso projeto é que os pacientes jovens, em idade reprodutiva, em idade fértil, possam ter garantida a sua fertilidade com a técnica da criopreservação de suas células reprodutoras e a reprodução humana assistida, após ter concluído seu tratamento e obtido a cura. Agradeço a todos os Deputados da tramitação desse projeto e sua aprovação em Plenário, aqui na Assembleia Legislativa.

O Sr. Presidente - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.077/2012, do Governador do Estado, que altera a Lei Delegada nº 94, de 23/1/2003, que dispõe sobre o Conselho Estadual da Juventude e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Esporte opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Administração Pública. Vem à Mesa requerimento do Deputado Gilberto Abramo em que solicita o adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 3.077/2012. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.278/2012, do Deputado Zé Maia, que dispõe sobre o quantitativo de clínicas médicas e psicológicas para realizar exames de aptidão física e mental e de avaliação psicológica em candidatos à permissão para dirigir veículo automotor, à renovação da Carteira Nacional de Habilitação e à troca de categoria e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.392/2012, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 18.401, de 28/9/2009, que autoriza o Poder Executivo a conceder subvenção econômica às pessoas jurídicas que contratarem egressos do sistema prisional do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. As Comissões de Segurança Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto, com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto, salvo emenda. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 3.392/2012 com a Emenda nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.461/2012, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 15.293, de 5/8/2004, que institui as carreiras dos Profissionais de Educação Básica do Estado, e a Lei nº 15.301, de 10/8/2004, que institui as carreiras do Grupo de Atividades de Defesa Social do Poder Executivo. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 3, que apresenta, e pela rejeição dos Substitutivos nº 1, da Comissão de Justiça, e nº 2, da Comissão de Administração Pública. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discutir, o Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia* - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, solicitei a discussão deste projeto, porque é importante para milhares de trabalhadores e trabalhadoras da educação de Minas Gerais. Ele trata da regulamentação da jornada de trabalho da educação básica dos professores e demais trabalhadores da educação. Essa regulamentação da jornada de trabalho dos educadores, trabalhadores da educação, Deputada Maria Tereza Lara, que é também professora do Estado e conhece bem a realidade, é uma vitória importante obtida com a lei federal que estabeleceu o piso do magistério. Ao estabelecer o valor do piso do magistério, que, aliás, em Minas não é respeitado, porque transformou o piso em subsídio, a lei federal criou também uma regulamentação para a jornada, em que estabelece que um terço das horas-aula do professor será para a preparação de aulas, correção de provas, e não necessariamente na sala de aula. Isso significa que os professores terão dois terços de sua jornada de trabalho em sala de aula e um terço para a preparação de aulas, correção de provas, aperfeiçoamento e outras atividades extraclasse.

No caso de Minas Gerais, a carga horária de um professor e de uma professora é de 24 horas-aula. Então, a partir de agora, terão oito horas-aula para se preparar, corrigir provas, etc., em vez de estar em sala de aula. É uma conquista dos professores e incidirá evidentemente na melhoria do ensino. Hoje os professores de Minas Gerais têm aproximadamente seis horas-aula. Então, o professor terá um acréscimo, passará para oito horas-aula para a preparação. O projeto trata inicialmente disso. É uma regulamentação estadual da lei federal. A lei já dá esse direito ao professor, entretanto, durante este ano, não vem sendo exercido. Assim como o pagamento do piso foi substituído por subsídio, nesse caso, essa lei dos trabalhadores da educação não vinha sendo respeitada pelo governo. Agora o governo enviou um projeto de lei para regulamentar isso. Sras. Deputadas e Srs. Deputados, tivemos várias horas de discussão sobre esse projeto. Solicitei audiência pública na Comissão de Administração Pública, que foi realizada e contou com a presença dos Deputados, do Sind-UTE e dos profissionais da Associação de Diretores das Escolas Oficiais de Minas Gerais - Adeomg.

Fizemos um bom debate. O projeto veio com uma série de divergências, chegando a esta Casa sem um acordo entre o sindicato e o governo. Quando chegou, causou um mal-estar, pois não foi possível a negociação. Aliás, faço outro parêntese: as negociações entre o Sindicato dos Professores e a Secretaria de Educação continuam muito ruins. A relação não é boa, e as negociações acabam não

prosperando da forma que poderiam. Quando o projeto aqui chegou, tínhamos insatisfações em quase todos os seus artigos. Por isso, solicitei a audiência pública, que foi feita. O Sindicato apontou as diferenças e a Secretaria de Educação mandou seus representantes, porque a Secretária não pôde comparecer. A partir daquilo, tiramos uma comissão para avaliar o procedimento e tentar um acordo entre o Sindicato e o governo, quando representei o Partido dos Trabalhadores e a Oposição nesta Casa. O Deputado Lafayette de Andrada, que também estava na reunião, representou o governo nessa negociação. Além deles, estavam presentes o Sindicato e o corpo técnico de funcionários da Assembleia Legislativa. Fizemos diversas reuniões, portanto o papel da Assembleia Legislativa no acordo, que posso dizer está quase pronto, é muito importante.

Queria agradecer ao Deputado Lafayette de Andrada, que ficou em nome da base do governo nesse processo de negociação. Foi possível, por meio de diversas conversas, avançarmos nas negociações. Mostramos que era possível avançar no projeto. Repito que isso diz respeito à vida de milhares e milhares de professores, trabalhadores da educação. Não poderíamos regulamentar algo que significasse para a categoria uma derrota. Ouço que o projeto é uma vitória, com dois terços da jornada em sala de aula e um terço para preparação das aulas. Isso é uma vitória.

Quero ressaltar, antes de conceder um aparte ao Deputado Alencar da Silveira Jr., além do papel da Assembleia Legislativa nesse procedimento, que é possível aprofundar as negociações e que é preciso melhorar a relação de Secretaria da Educação com o Sindicato. Não é possível que, a toda hora, a Assembleia Legislativa tenha de mediar as negociações. A negociação direta entre a Assembleia e o Sindicato facilitaria muito o trabalho. Mas a Assembleia teve um papel importante. De tamanha importância foi o papel do Sind-UTE também. Mesmo durante todo o processo de eleição do Sindicato, com a proibição feita pela Secretaria, não permitindo que ele entrasse nas escolas, os representantes aqui vieram na semana das eleições. A Beatriz esteve aqui toda a semana e relevou a ordem que a Secretária deu, quando não permitiu a entrada do Sindicato nas escolas. A negociação prosperou, apesar de todo comportamento, diria, no mínimo, agressivo, que a Secretaria teve com o Sindicato durante o período eleitoral. Queria enaltecer o papel do Sindicato, em especial, da coordenadora Beatriz Cerqueira, que aqui veio representando o Sind-UTE. O fato é que havia muitos pontos com dificuldade. Mas hoje conseguimos fechar um acordo em torno de alguns pontos. Os professores realizam concurso para um cargo de 24 horas-aula. Agora, será um cargo de 16 horas em sala de aula e 8 horas para o planejamento de aulas, correção de provas e outras coisas. Havia, no texto que aqui chegou, uma proibição. Deputado Lafayette de Andrada, corrija-me se eu estiver errado, mas havia uma proibição de ampliar essa carga horária. Eles vão tomar posse com o mínimo de 8 horas-aula e o máximo de 24. Vamos ter 25 mil professores que tomarão posse agora que realizaram o concurso. Deputada Maria Tereza Lara, muitos desses professores estão na expectativa de terem 24 horas-aula, mas não as terão. Às vezes, na escola, um professor só terá 10 horas-aula. Ele vai ser chamado, de início, assumindo, na posse, 10 horas-aula.

Com relação às outras aulas restantes, ele estava proibido de fazer a extensão de sua jornada até adquirir o cargo de 24 horas-aula, o que significa que o professor ficaria trabalhando e, no final da vida, se aposentaria apenas com 10 horas-aula, embora tivesse feito o concurso para 24 horas-aula. Isso nós corrigimos. Se esse cargo estiver vago, o professor poderá estabelecer sua jornada de 24 horas-aula. É uma conquista importante, porque permite ao professor que durante o exercício ele possa ampliar o número de aulas até chegar ao cargo para o qual fez concurso, aposentar-se com um cargo integral e ministrar as aulas no cargo integral. Ressalto a importância dessa conquista, em especial para os 15 mil novos professores que entrarão. Mesmo com menos aula no início, agora pelo menos terão condições de chegar ao cargo.

Também conseguimos estender para outras regências, como é o caso de quem está na biblioteca, que também poderá fazer essas oito aulas extraescola, fora da sala de aula. Também tivemos um avanço importante na questão da contribuição previdenciária, que será opcional. Primeiro, veio a contribuição obrigatória do professor; se ele tem extensão de aula, cobra-se a contribuição previdenciária. Então, ele terá um salário menor, porque está se cobrando também sobre sua extensão. Agora será opcional. Ele fará a extensão ou não, conforme seu interesse. Também conseguimos esse avanço.

E ficamos pendentes em dois pontos nos quais não houve acordo. Um deles diz respeito à questão do plano de carreira dos professores, que se encontra congelado de 2012 a 2015. O Sindicato abriu mão para se fazer esse acordo, mas permanece com a reivindicação de que de 2012 a 2015 não se mantenha o congelamento na carreira que está sendo feito hoje. A Secretaria avalia que não tem condições técnicas para aplicar o avanço na carreira de 2012 até 2015, por isso o congela nesse período. Não conseguimos avançar, mas o Sindicato retirou. Já anunciei ao Presidente que estava com essa emenda. Estou retirando a emenda em nome do acordo que foi feito para que por ora se retire a discussão da questão do congelamento da carreira.

E a outra é que vou manter a emenda, embora vá retirá-la agora, também em nome do acordo, mas vou voltar com ela no 2º turno, conforme acordo realizado com o Deputado Lafayette de Andrada, com a própria Secretaria de Educação, com a base do governo e com a oposição. É a discussão sobre como exercer esse direito de 8 horas-aula fora da sala de aula. A Secretaria da Educação coloca a necessidade de 4 horas-aula serem exercidas dentro da escola e 4 horas-aula fora da escola. Mas, necessariamente, o professor ainda teria de manter 4 horas dentro da escola.

Os professores e os diretores, através dos sindicatos e associação, reivindicam 6 horas fora da escola e 2 horas de reunião na escola. Então, é mais tempo fora da escola, para preparar as aulas. Essa questão continuou polêmica. Depois falarei sobre a motivação pedagógica com mais calma, mas por semana isso é completamente possível. Foi assim que a associação dos diretores e o Sindicato afirmaram que 2 horas por semana são suficientes para se fazer as reuniões escolares, e que 6 horas seria um tempo melhor aproveitado pelo professor para suas correções de prova, elaboração de aula, formação, etc. Então, ficou essa pendência. Isso não significa nenhum aumento para o governo, porque as 8 horas-aula já não seriam em sala de aula. Então, é uma questão de lição pedagógica. Peço aos Deputados e Deputadas que, se puderem, aproveitem essa emenda do sindicato em 2º turno. Embora a Secretaria tenha suas razões, fizemos um levantamento, inclusive em outros Estados, e concluímos que 2 horas de reunião nas escolas são plenamente suficientes para os professores.

O Deputado Rômulo Viegas também é professor e sabe disso. Em seis horas ele poderia fazer a opção por um curso, isto é, aproveitaria melhor o seu tempo do que se estivesse o tempo todo dentro da escola. Peço ao Deputado Bosco, Presidente da Comissão



de Educação, que depois me ajude a convencer os Deputados e as Deputadas. É possível que se vote isso com maior independência. Aliás, esse é o pedido que também faço à base do governo, porque não significa nenhum recurso e nenhum dispêndio a mais para o governo. Combinamos de votar essa proposta no 2º turno para a agilização do projeto. Foi esse o quadro das discussões.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte) - Gostaria só de aproveitar o pronunciamento de V. Exa. para registrar o recado que recebi do companheiro Teodomiro Braga, da Band. Acaba de ser eleito Presidente do TST mais um mineiro, o Dr. Carlos Alberto Reis de Paula, doutorando da UFMG. É mais um mineiro em destaque no TST, um tribunal muito importante. Esse é o meu registro. Permita-me trazer os parabéns de V. Exa. e desta Casa ao novo Presidente eleito do TST. Faço esse registro da nomeação do Dr. Carlos Alberto Reis de Paula no pronunciamento de V. Exa. Muito obrigado.

O Deputado Rogério Correia* - Obrigado, Deputado Alencar da Silveira Jr. Também aproveito a deixa para parabenizar o Dr. Carlos Alberto pela eleição no TST; mais um representante de Minas Gerais no TST.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte)* - Deputado Rogério Correia, nosso Líder, quero cumprimentá-lo por sua ação sempre atuante em defesa dos profissionais da educação, nesse caso específico representando a nossa bancada e a Oposição nesta Casa, no que diz respeito à educação, que é tão importante. Como é um acordo, esperamos que a base do governo e esta Casa mais uma vez façam o seu papel por intermédio do Deputado Lafayette de Andrada e de V. Exa.

Sou professora aposentada da rede estadual e sindicalizada. Sou do Sind-UTE há mais de 30 anos, então é importante que as discussões façam avançar o que for melhor para a educação, educação que a Presidenta Dilma tem priorizado. Ela quer que todos os recursos dos “royalties” do petróleo sejam, a partir de agora, para a educação. Isso tem de ser divulgado e defendido porque, para que seja uma prioridade, é fundamental que haja recursos. Isso é importante.

Deputado Rogério Correia, peço licença para fazer um parêntese porque não falei nada sobre aquele projeto anterior que V. Exa. discutiu, a Lei nº 35.027, que tirou a Subsecretaria de Políticas sobre Drogas da Secretaria de Defesa Social passando-a para a Secretaria de Esportes e da Juventude. Quero manifestar publicamente que o Deputado Eros Biondini, que conheço bem e de quem sou amiga, dedicou o seu mandato como Deputado Federal à discussão do combate às drogas e do tratamento de dependentes químicos. Portanto, é uma pessoa que está capacitada. Quero lembrar também que o Dr. Cloves Benevides é o atual Subsecretário Antidrogas, uma pessoa técnica, que tem dedicado sua vida a isso. O que queremos com essa mudança é que de fato haja uma ampliação de recursos. O Secretário é um técnico competente, mas faltam recursos para que esse setor cumpra o seu papel mais efetivamente. A questão das drogas é o maior câncer social no nosso país e no nosso Estado. É um problema mundial, mas cuidando do mais próximo é que vamos contribuir para o mundo inteiro.

O Deputado João Leite está aqui e pode confirmar que a nossa comissão percorreu o Estado inteiro, e até na zona rural o “crack” chegou. O Deputado Doutor Wilson Batista também sabe que realmente é um problema gravíssimo. Mas o que isso tem a ver com a educação, Deputado Rogério Correia? É que esse trabalho só terá sucesso se houver integração entre as Secretarias de Saúde, de Educação e o envolvimento do Sindicato. Hoje não há como o órgão público avançar sem a participação da sociedade civil, dos sindicatos, dos movimentos sociais. Queria deixar isso explicitado.

Mais uma vez, cumprimento V. Exa., que está sempre na linha de frente, muito cuidadoso com tudo que chega nesta Casa e diz respeito aos profissionais da educação. O Deputado Rômulo Viegas também é professor. Gostaria que nós, professores desta Casa, conversássemos um pouco mais sobre essa situação da carga horária que precisa ser cumprida fora da sala de aula, para trocarmos algumas experiências e chegarmos a um acordo sobre o que seria melhor para os jovens, para os alunos.

Deputado Rogério Correia, também seria interessante ouvir os profissionais da educação. Devemos ouvir um pouco mais o setor pedagógico e o sindicato para chegarmos a um acordo. Como V. Exa. disse, devemos aproveitar e fazer um acordo em relação a cursos, pois os professores têm o direito e o dever de aproveitar parte dessa carga horária para sua formação permanente, que é extremamente importante. Obrigada.

O Deputado Rogério Correia* - Muito bem, Deputada Maria Tereza Lara, aliás, há previsão disso na lei. Se o professor tiver algum curso, mesmo que seja feito a distância, ele poderá fazê-lo em casa. Isso reforça a tese de que é melhor 6 horas extraescola para sua preparação do que o professor ter de ficar necessariamente por 4 horas para participar de reunião. Acho que isso reforça o que disse V. Exa. Se o projeto for votado hoje, em 1º turno, provavelmente voltaremos a esse assunto na próxima terça-feira.

Sr. Presidente, retirarei as duas emendas que estou apresentando. No 2º turno, voltarei com uma delas, pois faz parte de um acordo que fizemos com o Deputado Lafayette de Andrada e o Sind-UTE para debatermos essa questão das 6 horas e 2 horas ou das 4 horas e 4 horas, que é a discussão que faremos.

Para terminar, quero ressaltar duas questões. A primeira é parabenizar a Deputada Maria Tereza Lara pela lembrança no que diz respeito ao emprego de 100% dos “royalties” do pré-sal para a educação. Quero fazer uma distinção do debate mais polêmico que existe sobre a parte antiga dos contratos celebrados. Sobre isso, há uma imensa diferença: se a divisão será feita com base no que existia ou se será mantido o procedimento antigo. Mas para o que há de novo nos contratos para o pré-sal, a proposta da Presidenta Dilma, feita por meio de medida provisória, é de que esta divisão seja feita conforme o Congresso Nacional havia deliberado. Mas que toda essa divisão para Estados, Municípios e União seja aplicada em 100% para a educação. Essa decisão caberá ao Congresso Nacional. A medida provisória está pronta, e existe uma grande campanha de estudantes e professores em favor dos 100% para a educação. Solicito apoio de todos quanto a isso também, como a Deputada Maria Tereza Lara já fez.

Por fim, mais uma vez ressalto o papel do Sind-UTE nesse procedimento de discussão. Às vezes, passam uma visão caricata do Sindicato, como aquele que não negocia, e isso não é verdade. Tivemos enorme facilidade em negociar todos esses projetos. Espero que, na terça-feira, possamos dar uma vitória a mais aos professores, para além da aprovação do projeto, com o estabelecimento dessa jornada que comentei com vocês.

Mais uma vez, agradeço à Profa. Beatriz Cerqueira, e, na pessoa do Deputado Lafayette de Andrada, faço um agradecimento a todos os Deputados. O Deputado Lafayette de Andrada muito nos ajudou no procedimento da discussão. Muito obrigado, Sr. Presidente.



O Sr. Presidente - Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o Substitutivo nº 3. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Com a aprovação do Substitutivo nº 3, ficam prejudicados os Substitutivos nºs 1 e 2. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 3.461/2012 na forma do Substitutivo nº 3. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.522/2012, do Governador do Estado, que dispõe sobre o Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Geração de Renda. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto, com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto, com a Emenda nº 1, da Comissão do Trabalho. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto, salvo emenda. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 3.522/2012 com a Emenda nº 1. À Comissão do Trabalho.

Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência aproveita a oportunidade para saudar e abraçar os Vereadores da querida cidade de Conquista, Reginaldo, Airton, José Salustiano e José Cândido. Sejam bem-vindos. Felicidade nessa empreitada.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.587/2012, do Procurador-Geral de Justiça, que dispõe sobre a criação de cargos no âmbito do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Administração Pública. Vem à Mesa requerimento do Deputado Gilberto Abramo em que solicita o adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 3.587/2012.

Questão de Ordem

O Deputado Lafayette de Andrada - Sr. Presidente, solicito a suspensão dos trabalhos antes de votar o requerimento.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender a reunião por 1 minuto para entendimentos entre as Lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Lafayette de Andrada.

O Deputado Lafayette de Andrada* - Sr. Presidente, o voto da Base do Governo é “não”.

O Sr. Presidente - Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitado.

O Deputado Gilberto Abramo - Verificação.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. A Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem seus lugares e informa que terá computada a presença, para efeito de quórum, o Deputado que permanecer em Plenário e não registrar o seu voto.

- Proceder-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram apenas 31 Deputados. Portanto, não há quórum para votação. A Presidência a torna sem efeito.

Questões de Ordem

O Deputado Duarte Bechir - Sr. Presidente, pela ordem. Visto que chegaram outros Deputados, como V. Exa. pode notar, peço, nos termos regimentais, a renovação da votação.

O Deputado Gilberto Abramo - Gostaria que o nosso colega Deputado Duarte Bechir me mostrasse o artigo e o parágrafo que se referem à necessidade, neste caso, de uma nova votação, uma vez que o painel deixou tudo bem claro.

O Sr. Presidente - Deputado Gilberto Abramo, é regimental.

O Deputado Gilberto Abramo - Sim, Sr. Presidente, concordo. Fale-me apenas o artigo e o parágrafo, por favor. É meu direito.

O Sr. Presidente - A Presidência informa ao Deputado Gilberto Abramo que, nos termos do art. 257 do Regimento Interno, verifica, de plano, que já se configurou o quórum.

Questões de Ordem

O Deputado Alencar da Silveira Jr. - O Deputado que pedir a verificação de quórum tem de estar presente e ter votado para fazer o pedido. Então, na verificação de votação, que se conte o voto dele para quórum. V. Exa. contou 31 votos e se esqueceu do voto do Deputado Gilberto Abramo.

O Deputado Gilberto Abramo - Pelo contrário, pode haver parlamentares para efeito de quórum, mas não para votação.

O Sr. Presidente - Portanto, a Presidência vai renovar a votação do requerimento. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitado.

O Deputado Gilberto Abramo - Verificação, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. A Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem seus lugares e informa que terá computada a presença, para efeito de quórum, o Deputado que permanecer em Plenário e não registrar o seu voto.

- Proceder-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.



O Sr. Presidente - Votaram apenas 32 Deputados. Portanto, não há quórum para votação. A Presidência a torna sem efeito e declara prejudicado o requerimento de adiamento de discussão do Deputado Gilberto Abramo. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discutir, o Deputado Gilberto Abramo.

O Deputado Gilberto Abramo* - Presidente, como é de praxe, faço questão de ler o projeto porque precisamos ter ciência do que estamos votando, e isso é fundamental. Às vezes, antes da reunião o lemos, mas, na correria, deixamos algumas coisas passarem despercebidas. Como disse, faço questão de ler o projeto na íntegra, desde o ofício até a posição da Comissão de Fiscalização Financeira. Sei que é um pouco cansativo, mas meus colegas estarão prontos e atentos para ouvir. Vou começar agora, faço questão.

O Ofício nº 6/2012 chegou a esta Casa no dia 21/11/2012 e tem o seguinte teor: “Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, encaminho a V. Exa., nos termos do art. 66, § 2º, combinado com o art. 122, I, da Constituição do Estado de Minas Gerais, e do art. 18, VIII e XV, da Lei Complementar nº 34, de 12/9/94, para deliberação desta egrégia Assembleia Legislativa, o presente projeto de lei que dispõe sobre a criação de cargos no âmbito do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. A proposta visa criar dois cargos de Assessor Administrativo, Padrão MP-83” - gostaria de fazer uma pausa porque eu havia anotado, mas no momento não tenho em mãos o valor exato desses cargos, mas amanhã, se der tempo, apresentarei - “dois cargos de Assessor II, Padrão MP67, e 20 cargos de Assessor I, Padrão M-59, que se destinam à criação do Núcleo de Negociação de Conflitos Ambientais no âmbito do Ministério Público, bem como ao exercício de atribuições de assessoramento nas Promotorias de Justiça instaladas em comarcas localizadas na região Norte de Minas e nas Promotorias de Justiça instaladas nas comarcas-sedes de Municípios com baixo índice de desenvolvimento humano no nosso Estado. De igual forma, diante do atual aumento das demandas institucionais, será necessária, na área administrativa, a criação de um cargo de Superintendente, Padrão MP-83, três cargos de Coordenador II, Padrão MP-75, e um cargo de Coordenador I, Padrão MP-71, um cargo de Assessor IV, Padrão MP-73, e dois cargos de Assessor III, Padrão MP-70”.

Questão de Ordem

O Deputado Gilberto Abramo - Sr. Presidente, gostaria de continuar lendo, mas, pelo visto, não há quórum para dar continuação aos trabalhos. Portanto, solicito encerramento, de plano, e que fique garantido o meu tempo para o dia de amanhã. Ou então, se assim desejar, fazer recomposição de quórum.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para as extraordinárias de amanhã, dia 13, às 9 e às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 36ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 5/12/2012

Às 9h14min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo, Paulo Lamac, Duarte Bechir e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Adelmo Carneiro Leão e Rogério Correia. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Paulo Lamac, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no “Diário do Legislativo” nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios do Sr. Felix Magno von Dollinger, Delegado de Polícia; da Sra. Karol Teixeira de Oliveira, Procuradora do Trabalho; dos Srs. Luiz Antônio Sasdelli Prudente, Corregedor-Geral do Ministério Público; Celso Penna Fernandes Júnior, Promotor de Justiça; Antônio Jorge de Souza Marques, Secretário de Saúde e Gestor do SUS no Estado; e da Sra. Marilda Ribeiro Resende, Coordenadora de Políticas Públicas para Mulheres (29/11/2012); do Sr. Cláudio Roberto Pessoa Dornelas, Delegado de Polícia Federal, e da Sra. Letícia Fernandes de Magalhães Pinto, Defensora Pública da União (30/11/2012). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 3.839/2012. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Durval Ângelo, Sargento Rodrigues e Rogério Correia em que solicitam sejam apresentadas emendas aos Projetos de Lei nºs 3.472/2012, que dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG - 2012-2015 para o exercício de 2013; e 3.471/2012, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 2013; Sargento Rodrigues (2) em que solicita seja encaminhado ao juízo da 3ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Juiz Fora pedido de cópia do inquérito referente à Operação Corvina; e seja realizada audiência pública para obter esclarecimentos sobre o procedimento nº 175.634, no qual figuram como partes o Subinspetor Marcos André Rezende, a Delegada Tânia d'Arc e a escritã Maria Helena; Durval Ângelo (6) em que solicita seja realizada visita ao Crea-MG por ocasião do ato público referente ao massacre de Felisburgo, com a participação de entidades nacionais de direitos humanos, para alertar a sociedade sobre o julgamento do mandante do assassinato de trabalhadores rurais sem terra na Fazenda Nova Alegria; seja formulada manifestação de aplauso ao Deputado Dinis Pinheiro, Presidente da Assembleia, por sua eleição como destaque político do ano pela Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica - Regional Minas Gerais e pelo Sindicato da Indústria de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares de Minas Gerais; sejam encaminhados à Corregedoria da Polícia Civil as notas taquigráficas da 36ª Reunião Extraordinária da Comissão, documento assinado pelo advogado Dino Miraglia Filho e pedido de providências para a verificação da conduta do Delegado Márcio Nabak, em face de denúncias apresentadas; sejam encaminhados à Chefia da Polícia Civil cópia das notas taquigráficas da 36ª Reunião Extraordinária da Comissão e pedido de providências para a devolução ao Deoesp, com



vistas a garantir a lisura e a imparcialidade nas investigações relativas ao Sr. Nilton Antônio Monteiro, dos inquéritos policiais e respectivos documentos que, segundo denúncia encaminhada à Comissão, teriam sido apropriados individual e indevidamente pelo Delegado Márcio Nabak; sejam encaminhadas à Secretaria de Defesa Social, à Coordenação do Programa Estadual de Proteção a Vítimas e Testemunhas e às Comissões de Direitos Humanos da Seção de Minas Gerais e do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil as notas taquigráficas da 36ª Reunião Extraordinária da Comissão e pedido de providências para que seja dada proteção e amparo ao advogado Dino Miraglia Filho e seus familiares; e sejam encaminhados à Presidência do STF as notas taquigráficas da 36ª Reunião Extraordinária da Comissão e pedido de providências para que elas sejam juntadas aos autos do inquérito nº 3.530; Rogério Correia (2) em que solicita seja realizada audiência pública para debater os conflitos agrários decorrentes da grilagem de terras públicas no Alto Rio Pardo, na região Norte; e seja realizada audiência pública para debater a Lei Complementar nº 100, de 5 de novembro de 2007; Rogério Correia e Durval Ângelo em que solicitam seja realizada audiência pública para discutir direitos humanos e a criação do Parque Nacional da Serra do Gandarela, além dos Projetos de Lei nºs 3.405/2012, que dispõe sobre a remarcação da área e perímetro do Parque Estadual Serra do Ouro Branco e Outro Preto, e 1.630/2011, que cria o Monumento Natural da Serrinha, na Serra da Moeda; Paulo Lamac em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Magno Machado Nogueira, Delegado de Polícia da Comarca da Conceição do Mato Dentro, pelos relevantes serviços que vem prestando à região; e Fred Costa em que solicita seja realizada audiência pública para obter esclarecimentos sobre o programa de bolsas de estudos para crianças com necessidades especiais da Loteria Mineira. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de dezembro de 2012.

Durval Ângelo, Presidente.

ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 11/12/2012

Às 19 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Antônio Carlos Arantes, Romel Anízio, Lafayette de Andrada (substituindo o Deputado Fabiano Tolentino, por indicação da Liderança do Bloco Transparência e Resultado) e Tiago Ulisses (substituindo a Deputada Liza Prado, por indicação da Liderança do Bloco Avança Minas), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Antônio Carlos Arantes, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Romel Anízio, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento da seguinte proposição, para a qual designou o relator citado a seguir: Projeto de Lei nº 2.352/2011, no 2º turno (Deputado Romel Anízio). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.352/2011 na forma do vencido no 1º turno com o Substitutivo nº 1, que apresenta (relator: Deputado Romel Anízio). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 3.535 e 3.536/2012, que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.856, 3.967, 3.968, 3.972, 3.976 a 3.980, 3.991, 3.992, 4.007 a 4.009 e 4.014/2012. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 2.648/2011, 3.373, 3.454 e 3.487/2012. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado relatório de visita desta Comissão à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão realizada no dia 4/9/2012, que segue publicado após as assinaturas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de dezembro de 2012.

Antônio Carlos Arantes, Presidente - Dalmo Ribeiro Silva - Sebastião Costa - Hely Tarquínio.

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Local visitado: Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - Seplag.

Data: 4/9/2012

Apresentação

A requerimento dos Deputados Antônio Carlos Arantes, Liza Prado, Arlen Santiago e Rogério Correia, foi realizada visita à Seplag com o objetivo de discutir as demandas para o fortalecimento da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais – Emater-MG –, apresentadas a esta Comissão por ocasião da audiência pública ocorrida em 27 de junho do corrente ano.

Foram convidados a participar da visita representantes do Sindicato dos Trabalhadores em Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais - Siter-MG -, além da Emater-MG.



Relatório

Compareceram à visita os Deputados Antônio Carlos Arantes e Liza Prado, que foram recebidos pelo Secretário-Adjunto de Estado de Planejamento e Gestão, Sr. Paulo Sérgio Martins Alves, representando a Secretária de Estado Sra. Renata Vilhena. Das entidades convidadas compareceram:

- Carlos Augusto de Carvalho (Black), Diretor-Geral do Siter;
- Afrânio Alves Nogueira, Diretor da Base Centro do Siter;
- Maria Ilca Fernandes Siqueira, Assessora Jurídica do Siter;
- Carlos Roberto Alves, Presidente do Sindicato dos Técnicos Agrícolas de Minas Gerais - Sintamig.

Não compareceram representantes da Emater-MG.

Inicialmente, a título de contextualização, os Deputados informaram ao Secretário-Adjunto que, em diversas oportunidades, a exemplo de audiências públicas, reuniões ordinárias e eventos institucionais realizados na ALMG, foram relatadas à Comissão dificuldades no atendimento às demandas de assistência técnica e extensão rural de produtores rurais, em especial dos agricultores familiares.

Tal atendimento é competência dos Estados federados (conforme disposto no inc. VIII do art. 23 da Constituição da República), e o Estado de Minas Gerais o realiza por intermédio da Emater-MG.

Nesse mesmo sentido, entre outros serviços necessários ao desenvolvimento rural, a prestação de serviço de assistência técnica e extensão rural gratuita pelo Estado aos pequenos produtores rurais é determinação contida na Constituição Estadual, em seus arts. 247 e 248, assim como na Lei nº 11.405, de 1991, que dispõe sobre a política de desenvolvimento agrícola do Estado.

O Censo Agropecuário de 2006, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE -, mensurou em cerca de 437.000 o número de estabelecimentos da agricultura familiar no Estado de Minas Gerais, fato relevante, segundo os Deputados, uma vez que são diversas as políticas de estímulo à produção por meio do crédito rural, de acesso à terra e de comercialização disponibilizadas pelo governo federal para esse segmento da produção.

A inserção dos agricultores familiares do Estado nessas políticas públicas depende, porém, de sua regularidade documental, da qualidade e organização de sua produção, requisitos esses que se viabilizam, em grande medida, pela atuação da assistência técnica e da extensão rural públicas, ou seja, da Emater-MG.

Demandas do Siter: PDV, concurso público e novo PCCS

Os representantes do Siter informaram sobre a urgência de revisão da política remuneratória e de carreira da Emater-MG e da ausência de posicionamento do governo do Estado, a quem a empresa encaminhou no ano de 2010, para análise e aprovação, o Plano de Cargos, Carreiras e Salários - PCCS - longamente discutido com os empregados e aprovado pelo Conselho Técnico e Administrativo da empresa.

Informaram ainda que, em função de o atual modelo de gestão de cargos e salários ter sido elaborado antes da nova Constituição Estadual, a empresa convive com práticas de administração de pessoal juridicamente inadequadas, o que possibilita a formação de passivo trabalhista preocupante. Uma das consequências da demora em atualizar sua política de pessoal, além da deterioração da qualidade remuneratória de seus quadros funcionais, é o represamento de aposentadorias e desligamentos de empregados, que, inseguros, permanecem nos quadros, o que levou a empresa à aprovação da implantação de um Plano de Demissão Voluntária - PDV.

Com a finalidade de preenchimento dos cargos a serem liberados pelo PDV, em audiência pública desta Comissão, o presidente em exercício da Emater, Sr. Marcelo Lana, informou estar previsto concurso público em 2013 para seleção de 400 novos empregados. Essa informação foi corroborada pelos representantes do Siter durante a visita em comento.

O Secretário-Adjunto da Seplag informou que a realização de tais medidas depende de aprovação do Comitê de Governança Corporativa, órgão da Câmara de Coordenação Geral, Planejamento, Gestão e Finanças, nos termos do disposto no Decreto 45.644, de 13/7/2011. O Secretário-Adjunto também acrescentou que não se recorda de tal assunto ter sido objeto de apreciação no âmbito de tal Comitê e, dessa forma, concluiu que a primeira providência deve ser identificar para qual órgão foram encaminhadas as propostas do PDV, da realização do concurso público e do novo PCCS.

Encaminhamento

O Secretário-Adjunto se comprometeu a rastrear a situação dos processos referentes ao PDV, à realização do concurso público e ao novo PCCS e a informar às partes presentes sobre as perspectivas da iniciativa.

Sala das Comissões, 11 de dezembro de 2012.

Antônio Carlos Arantes, Presidente - Romel Anízio - Tiago Ulisses - Lafayette de Andrada.

ATA DA 37ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 12/12/2012

Às 9h5min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo, Duarte Bechir, Glaycon Franco, Rômulo Viegas e Rogério Correia (substituindo o Deputado Paulo Lamac, por indicação da Liderança do PT), membros da supracitada Comissão. Estão presentes, também, os Deputados Sávio Souza Cruz, Adelmo Carneiro Leão e Delvito Alves. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Rômulo Viegas, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir denúncias sobre o uso indiscriminado de agrotóxicos no Município de Unaí e em outras regiões de Minas Gerais, bem como sobre a criminalização de militantes vinculados a movimentos ambientais e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios dos Srs. Ademar de Oliveira Lima, professor, encaminhando a esta Comissão denúncias de crimes cometidos por militares pertencentes 48º Batalhão de Polícia Militar de Ibirité; Hebert Fernandes Souto Silva,



Coronel PM Corregedor, informando que recebeu desta Comissão dois CDs, um contendo arquivos em vídeo, e o outro, imagens atinentes a fatos envolvendo o ex-Comandante do 19º BPM e que, após apuração, entende não haver justa causa para instauração de qualquer procedimento de ordem penal ou administrativa disciplinar. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. e os Srs. Ana Cláudia da Silva Alexandre, Defensora Pública e Coordenadora da Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais; Eliane Novato Silva, professora da UFMG, representando Jandira Maciel da Silva, médica e professora do Departamento de Medicina Preventiva e Social da UFMG; Francis Guedes, Secretário Parlamentar do Gabinete do Deputado Federal Padre João; Afonso Henrique de Miranda Teixeira, Procurador de Justiça e Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Conflitos Agrários; Elcio Pacheco, Membro da Comissão de Direitos Humanos da OAB-MG; Rômulo Luiz Campos, assessor, representando Vilson Luiz da Silva, Presidente da Fetaemg; Frei Gilvander Luís Moreira, Assessor de Comunicação da Comissão Pastoral da Terra, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Rogério Correia, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.982 e 3.990/2012. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Durval Ângelo (3) em que solicita seja realizada visita da Comissão de Direitos Humanos à homenagem a Sérgio Miranda, ex-Deputado Federal recentemente falecido, a realizar-se no dia 13/12/2012, no auditório da Faculdade de Direito da UFMG; seja formulada manifestação de apoio a Dom Pedro Casaldáliga, bispo emérito de São Félix do Araguaia, de 84 anos, em face das ameaças de morte que lhe vêm sendo dirigidas por grandes fazendeiros; seja encaminhada cópia do relato de viagem às comunidades Guarani-Kaiowá no Mato Grosso do Sul, de autoria de Pedro Gustavo Gomes Andrade, da Organização Advogados sem Fronteiras, aos seguintes órgãos: governo do Mato Grosso do Sul, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, à Presidência da República, ao Supremo Tribunal Federal, ao Ministério Público Federal no Mato Grosso do Sul, à Polícia Militar do Mato Grosso do Sul, à Polícia Federal no Mato Grosso do Sul e à Polícia Civil do Mato Grosso do Sul, e requer seja solicitada às Polícias Federal e Civil naquele Estado a apuração das denúncias contidas no mencionado documento; Alencar da Silveira Jr. e Durval Ângelo em que solicitam seja encaminhado às empresas Intralot, Keno Minas e Multiplix, concessionárias da Loteria Mineira o trecho das notas taquigráficas da 38ª Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos, realizada em 11/12/2012, em que está transcrito o pedido do Deputado Alencar da Silveira Jr., para que essas empresas façam ações à Associação de Pais e Amigos de Pessoas Especiais e à Núcleus Atividades Terapêuticas Integradas, com vistas a que melhorem os seus equipamentos de trabalho voltado para as crianças, adolescentes e jovens especiais; Paulo Guedes e Durval Ângelo em que solicitam seja realizada reunião de audiência pública da Comissão de Direitos Humanos na Reserva Indígena Xacriabá (Aldeia Brejo do Mata Fome), com vistas a averiguar e debater denúncias de desmatamento ilegal no âmbito da reserva e prática de outros atos prejudiciais à comunidade indígena local, situada no Município de São João das Missões; Rogério Correia em que solicita sejam encaminhadas as notas taquigráficas da 37ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos, realizada em 12/12/2012, com documentos referentes ao informativo do Gabinete do Deputado Delvito Alves a Frei Gilvander Luis Moreira, Assessor de Comunicação da Comissão Pastoral da Terra, ao Ministério do Trabalho e Emprego, ao Ministério Público Federal, ao Ministério Público Estadual, à Defensoria Pública do Estado, à Defensoria Pública da União e ao Deputado Federal Padre João; Deputado Durval Ângelo e Deputado Delvito Alves em que solicitam sejam encaminhadas à Secretaria de Estado de Saúde e ao Ministério da Saúde, cópias de documentos relativos ao informativo do Gabinete do Deputado Estadual Delvito Alves, as notas taquigráficas da 3ª Reunião Extraordinária da Comissão de Saúde desta Casa, realizada em Unai, para debater o aumento do número de pacientes com câncer no Município, bem como da 37ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos, realizada em 12/12/2012, para discutir denúncias sobre o uso indiscriminado de agrotóxicos no Município de Unai, e solicitam tomada de providências por parte desses órgãos, de realização de estudos acerca do aumento de casos de câncer na região e efetivação de medidas preventivas com vistas a reduzir sua incidência. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de dezembro de 2012.

Durval Ângelo, Presidente – Duarte Bechir.

ATA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 12/12/2012

Às 14h41min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Rosângela Reis e os Deputados Braulio Braz e Celinho do Sinttrocel, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Rosângela Reis, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Braulio Braz, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os Deputados citados a seguir: Projetos de Lei nºs 3.555, 3.573 e 3.575/2012 (Deputado Pompílio Canavez); Projetos de Lei nºs 3.572 e 3.576/2012 (Deputado Braulio Braz); Projetos de Lei nºs 1.882/2011, 3.552 e 3.574/2012 (Deputado Tadeu Martins Leite), todos em turno único. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 3.522/2012, no 2º turno, é retirado de pauta por determinação da Presidente por não cumprir pressupostos regimentais. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez,



os Projetos de Lei nºs 2.788/2012 com a Emenda nº 1, 3.313, 3.516, 3.524, 3.530 e 3.532/2012, que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.840, 3.912, 3.914, 3.915, 3.930, 3.931 e 3.934/2012. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.209/2011, 3.106, 3.477 e 3.482/2012. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. A Presidente passa a direção dos trabalhos ao Deputado Braulio Braz, para apreciar proposições de sua autoria. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos da Deputada Rosângela Reis (5) em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para a inclusão do Município de Periquito como beneficiário do Programa Travessia; sejam encaminhados à Sedese pedido de providências para que avalie a possibilidade de realização de convênio com o Município de Periquito e a Associação Ação Social pela Vida, sediada em Ipatinga, para implantação do Programa Adolescente Trabalhador nesse Município e as notas taquigráficas da 9ª Reunião Extraordinária desta Comissão; seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que avalie a possibilidade de realização de convênio com o Município de Periquito para instalação de escola pública com regime de jornada integral para os alunos dos ensinos fundamental e médio; sejam encaminhados à Gerência Regional do Ministério do Trabalho e Emprego em Governador Valadares e ao Superintendente Regional do Trabalho e Emprego as notas taquigráficas da 9ª Reunião Extraordinária desta Comissão e pedido de providências para o aumento da fiscalização sobre ocorrências de exploração de trabalho infantil no Município de Periquito; e sejam encaminhadas à Procuradoria Regional do Trabalho e Emprego do Ministério Público do Trabalho as notas taquigráficas da 9ª Reunião Extraordinária desta Comissão. A Deputada Rosângela Reis retoma a direção dos trabalhos. Ato contínuo, é recebido para ser apreciado em reunião posterior o requerimento do Deputado Celinho do Sinttrocel em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater as consequências da crise vivida pelo setor do alumínio primário no Estado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para reuniões extraordinárias a serem realizadas em 13/12/2012, às 10 horas e às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de apreciar o parecer sobre o Projeto de Lei nº 3.522/2012 e de discutir e votar proposições da Comissão, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de dezembro de 2012.

Rosângela Reis, Presidente – Duarte Bechir – Celinho do Sinttrocel.

ATA DA 25ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 12/12/2012

Às 14h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Leite, Dalmo Ribeiro Silva e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater a necessidade de construção de saída de escape de veículos no Anel Rodoviário, na altura dos Bairros Betânia e Olhos D'Água, a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. A Presidência retira de pauta o Projeto de Lei nº 728/2011, por ter sido apreciado em reunião anterior. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.942, 3.945, 3.946, 3.994 a 3.997; 4.000 a 4.002 e 4.005/2012. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado o requerimento do Deputado Sargento Rodrigues em que solicita seja formulada manifestação de aplauso à 6ª Delegacia de Polícia Civil de Juiz de Fora pela atuação na operação, denominada Maré de Azar, que culminou na apreensão, em uma gráfica, de cerca de três mil folhas contendo marcações usadas nas apostas de jogo do bicho e no desmanche de várias bancas que praticavam a jogatina ilegal, no Bairro Vitorino Braga, no Município de Juiz de Fora. Logo após, é recebido o requerimento do Deputado Celinho do Sinttrocel em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Segurança Pública para debater os casos de assaltos a ônibus de transporte urbano na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Os Deputados Sargento Rodrigues e Dalmo Ribeiro Silva retiram-se da reunião. Registra-se a presença da Deputada Maria Tereza Lara. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Edson Amorin de Paula, Diretor de Operações da BHTRANS, representando o Sr. Marcio Araujo de Lacerda, Prefeito Municipal de Belo Horizonte; Davidson Matos Carvalho, Engenheiro e Supervisor Substituto da Unidade Local de Contagem, representando o Sr. José Maria da Cunha, Superintendente do DNIT no Estado; Francisco Alberto Moreira Cardoso, Gerente de Geometria e Terraplanagem da Diretoria de Projetos e Coordenador do Projeto do Anel Rodoviário, representando o Sr. José Elcio Santos Monteze, Diretor-Geral do DER-MG; Maj. PM Agnaldo Lima de Barros, Subcomandante do Batalhão da Polícia Militar Rodoviária, representando o Ten.Cel. PM Sebastião Olímpio Emídio Filho, Comandante do Batalhão de Polícia Militar Rodoviária do Estado de Minas Gerais; José Acácio Carneiro, Presidente do Sindicato dos Transportadores Autônomos de Carga do Estado de Minas Gerais; 2º Ten. PM Geraldo Donizete da Silva, Comandante do 1º Pelotão da 1ª Cia - Policiamento do Anel Rodoviário; Anderson Tavares Abras, Chefe do Núcleo de Tráfego e Segurança Viária da Gerência de Tráfego e Segurança Viária da Diretoria de Operações do DER-MG; Gilmar Carvalho, Presidente da Federação dos Transportadores Autônomos de Minas Gerais – Fetramig –, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, na qualidade de autor do requerimento que deu origem ao debate, passa a fazer suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de dezembro de 2012.

João Leite, Presidente - Sargento Rodrigues.

**ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 89ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 18/12/2012****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)****(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)**(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

Interrupção dos trabalhos ordinários para posse do Deputado Juninho Araújo.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase**(das 16h15min às 18 horas)**

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 24/2012, do Tribunal de Contas, que altera a Lei Complementar nº 102, de 17/01/2008. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido no 1º turno.

Prosseguimento da discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.587/2012, do Procurador-Geral de Justiça, que dispõe sobre a criação de cargos no âmbito do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.669/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que institui o Polo Fruticultor de Morango do Setor de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e dá outras providências. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.461/2012, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 15.293, de 5 de agosto de 2004, e a Lei nº 15.301, de 10 de agosto de 2004. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.500/2012, do Governador do Estado, que institui a Gratificação de Incentivo à Pesquisa e Docência e a Gratificação de Função de Pesquisa e Ensino, no âmbito da Fundação João Pinheiro, cria a carreira de Médico da Área de Defesa Social, institui regime de remuneração por subsídio para a carreira de Professor de Ensino Médio e Tecnológico da Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais, reajusta os valores das tabelas de vencimento básico das carreiras do Instituto de Metrologia e Qualidade do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 40ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 18/12/2012**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 608/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 3.270/2012, do Deputado Sargento Rodrigues; 3.258/2012, do Deputado Paulo Lamac.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 4.016, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 4.030, 4.055, 4.056 a 4.058, 4.097, 4.100 e 4.112 a 4.117/2012, da Comissão de Participação Popular.

Discussão e votação de proposições da Comissão.



ORDEM DO DIA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 18/12/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 3.405/2012, do Deputado Célio Moreira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 4.043, 4.044, 4.073 e 4.079/2012, da Comissão de Participação Popular.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 18/12/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 2.325/2011, do Deputado Sargento Rodrigues, e 3.088/2012, do Deputado Anselmo José Domingos.

Debate sobre a situação da implantação de pedágio na BR040 – trecho Juiz de Fora-Belo Horizonte.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 39ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 18/12/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 33/2012, do Deputado Sargento Rodrigues; Projetos de Lei nºs 3.311/2012, do Deputado Arlen Santiago; 1.596/2011, do Deputado Fred Costa; 1.691/2011, do Deputado Paulo Guedes; 1.725/2011, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 1.819/2011, do Deputado Fábio Cherem; 2.402/2011, do Deputado Rômulo Viegas; e 3.620/2012, do Deputado Duarte Bechir.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.015/2012, do Deputado Luiz Humberto Carneiro; 3.484/2012, do Deputado Sargento Rodrigues; 3.502/2012, do Deputado Duarte Bechir; 3.597/2012, do Deputado Tadeu Martins Leite; 3.598/2012, do Deputado Paulo Guedes; 3.605/2012, do Deputado Vanderlei Miranda; 3.610/2012, do Deputado José Henrique; e 3.613/2012, do Deputado Rômulo Viegas.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 18/12/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 4.015/2012, do Deputado Carlos Mosconi.

Discussão e votação de proposições da Comissão.



ORDEM DO DIA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 18/12/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos n.ºs 3.854/2012, do Deputado Rômulo Veneroso; 3.871/2012, do Deputado Anselmo José Domingos; 3.986, 3.987, 4.004, 4.095, 4.096 e 4.105/2012, da Comissão de Participação Popular.

Debate da construção do Complexo Viário Barão-Raja, em Belo Horizonte.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 18/12/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar n.º 33/2012, do Deputado Sargento Rodrigues.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos n.ºs 4.065 e 4.111/2012, da Comissão de Participação Popular.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 18/12/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos n.ºs 4.036, 4.047, 4.051, 4.074, 4.075 e 4.108/2012, da Comissão de Participação Popular.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA O ENFRENTAMENTO DO CRACK, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 18/12/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 38ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 19/12/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos n.ºs 4.032, 4.033, 4.034, 4.035, 4.050, 4.093, 4.103, 4.104, 4.107, 4.109, 4.110 e 4.121/2012, da Comissão de Participação Popular.

Debate, com a presença de convidadas, sobre a Lei Complementar n.º 100, de 5 de novembro de 2007, que institui a Unidade de Gestão Previdenciária Integrada do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos de Minas Gerais e do Regime Próprio de Previdência dos Militares de Minas Gerais e o Conselho Estadual de Previdência, altera a Lei Complementar n.º 64, de 25 de março de 2002, e dá outras providências.



Discussão e votação de proposições da Comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembleia para as 9 e as 20 horas do dia 18 de dezembro de 2012, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e de requerimentos; e, na 2ª Fase, à apreciação do Projeto de Lei Complementar nº 24/2012, do Tribunal de Contas, que altera a Lei Complementar nº 102, de 17/01/2008; dos Projetos de Lei nºs 2.669/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que institui o Polo Fruticultor de Morango do Setor de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e dá outras providências; 3.461/2012, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 15.293, de 5 de agosto de 2004, e a Lei nº 15.301, de 10 de agosto de 2004; 3.500/2012, do Governador do Estado, que institui a Gratificação de Incentivo à Pesquisa e Docência e a Gratificação de Função de Pesquisa e Ensino, no âmbito da Fundação João Pinheiro, cria a carreira de Médico da Área de Defesa Social, institui regime de remuneração por subsídio para a carreira de Professor de Ensino Médio e Tecnológico da Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais, reajusta os valores das tabelas de vencimento básico das carreiras do Instituto de Metrologia e Qualidade do Estado de Minas Gerais e dá outras providências; e 3.587/2012, do Procurador-Geral de Justiça, que dispõe sobre a criação de cargos no âmbito do Ministério Público do Estado de Minas Gerais; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 17 de dezembro de 2012.

Dinis Pinheiro, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 41/2012

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Almir Paraca, Célio Moreira, Rômulo Veneroso e Tadeu Martins Leite, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 18/12/2012, às 10h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente.

Sala das Comissões, 17 de dezembro de 2012.

Rômulo Viegas, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 38/2012

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Carlos Arantes, Lafayette de Andrada, Pompílio Canavez e Tenente Lúcio, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 18/12/2012, às 10h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Proposta de Emenda à Constituição nº 38/2012, do Governador do Estado, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 17 de dezembro de 2012.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Paulo Lamac, Duarte Bechir, Glaycon Franco e Rômulo Viegas, membros da supracitada Comissão, para a reunião, com a presença do Sr. Murilo Andrade de Oliveira, Subsecretário de Administração Prisional – Suapi, a ser realizada em 18/12/2012, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir a escolta de presos no Estado, os recentes atentados a agentes penitenciários e as medidas adotadas com relação aos agentes vitimados, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 17 de dezembro de 2012.

Durval Ângelo, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Marques Abreu, Carlos Pimenta, Delvito Alves e Elismar Prado, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 18/12/2012, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir



e votar o Parecer para o 2º Turno do Projeto de Lei nº 596/2011, do Deputado Fred Costa, e, em turno único, o Projeto de Lei nº 3.580/2012, do Deputado Lafayette de Andrada, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 17 de dezembro de 2012.

Doutor Wilson Batista, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Liza Prado e os Deputados Antônio Júlio, Carlos Henrique e Duílio de Castro, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 18/12/2012, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 2º Turno dos Projetos de Lei nºs 2.325/2011, do Deputado Sargento Rodrigues; 3.088/2012, do Deputado Anselmo José Domingos, de votar, em turno único, o Requerimento nº 4.137/2012, do Deputado Antônio Carlos Arantes, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 17 de dezembro de 2012.

Délio Malheiros, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Nos termos regimentais, convoco as Deputadas Ana Maria Resende e Liza Prado e os Deputados Fabiano Tolentino e Romel Anízio, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 18/12/2012, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 4.017/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 4.037, 4.046, 4.048, 4.053, 4.071, e 4.080 a 4.084/2012, da Comissão de Participação Popular, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 17 de dezembro de 2012.

Antônio Carlos Arantes, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Luzia Ferreira e os Deputados Delvito Alves, Gustavo Corrêa e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada Comissão, para as reuniões a serem realizadas em 18/12/2012, às 15h30min e as 20 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 2º Turno do Projeto de Lei nº 1.449/2011, do Deputado Inácio Franco, de discutir e votar o parecer para o 1º turno sobre emenda(s) ou substitutivo(s) apresentados em Plenário ao Projeto de Lei nº 3.405/2012, do Deputado Célio Moreira, de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 4.043, 4.044, 4.073, 4.079/2012, da Comissão de Participação Popular, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 17 de dezembro de 2012.

Célio Moreira, Presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PROJETO DE LEI Nº 3.640/2012*

Declara de utilidade pública a Associação dos Amigos e das Pessoas Portadoras de Deficiência, com sede no Município de Ilícinea.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Amigos e das Pessoas Portadoras de Deficiência, com sede no Município de Ilícinea.

Art. 2º- Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 11 de dezembro de 2012.

Duarte Bechir

Justificação: A proposição em tela visa a declarar de utilidade pública a Associação dos Amigos e das Pessoas Portadoras de Deficiência com sede no Município de Ilícinea, em pleno funcionamento desde sua fundação. A Associação é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, com duração indeterminada, e tem como finalidade propiciar o auxílio às pessoas carentes, portadoras de deficiência física temporária ou permanente, proporcionar o bem-estar, proteção e ajustamento social às pessoas tetraplégicas, acidentadas ou impedidas de atingir o seu desenvolvimento total, limitadas em sua capacidade de locomoção ou atividades, em estabelecimento adequado à assistência material, moral, intelectual, social, em condições de liberdade e dignidade, visando à preservação de sua saúde física e mental.

Pretende-se, com este projeto, assegurar à instituição melhores condições para o desenvolvimento das suas atividades, tendo em vista que ela atende aos requisitos constantes na Lei nº 12.972, de 27/7/98.

Por estas razões, conclamo os meus nobres pares a aprovar esta proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e da Pessoa com Deficiência, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.



* - Republicado em virtude de incorreção verificada na edição de 13/12/2012, na pág. 29.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.002/2011

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Tenente Lúcio, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública o Conselho Comunitário do Povoado dos Garcias, com sede no Município de Monte Alegre de Minas.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.002/2011 pretende declarar de utilidade pública o Conselho Comunitário do Povoado dos Garcias, com sede no Município de Monte Alegre de Minas, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por escopo a defesa de políticas públicas de interesse daquela comunidade.

Com esse propósito, a instituição zela pelos interesses e direitos da comunidade; promove atividades sociais, educacionais, culturais e desportivas; incentiva a harmonia e a cordialidade na relação entre seus associados; orienta sobre a preservação do meio ambiente; colabora na realização de pesquisas sobre a situação econômica e social de seus assistidos e sobre os problemas existentes na comunidade nas áreas de saúde, educação, trabalho, habitação, lazer, segurança e meio ambiente, contribuindo para a implementação das soluções possíveis.

Tendo em vista o relevante trabalho social desenvolvido pelo Conselho Comunitário do Povoado dos Garcias em favor da população carente do Município de Monte Alegre de Minas, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.002/2011, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 17 de dezembro de 2012.

Pompílio Canavez, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.555/2012

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Ulysses Gomes, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública o Comitê Comunitário de Ação Social do Rio Manso, com sede no Município de Itajubá.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1, que apresentou.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.555/2012 pretende declarar de utilidade pública o Comitê Comunitário de Ação Social do Rio Manso, com sede no Município de Itajubá. Trata-se de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, fundada em 1968 com o escopo de defender os interesses e direitos dos moradores da comunidade.

A instituição busca o bem-estar individual e da família, protegendo a maternidade, a infância, a adolescência e a velhice; incentiva o desenvolvimento da agricultura e a integração do produtor no mercado de trabalho e na comunidade; estimula a cultura e o esporte e orienta quanto à preservação do meio ambiente.

Cabe ressaltar que a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça, tem como finalidade adequar o texto da proposição à técnica legislativa.

Tendo em vista o relevante trabalho social desenvolvido pela entidade, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.555/2012 em turno único, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 17 de dezembro de 2012.

Pompílio Canavez, relator.

**PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.573/2012****Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social
Relatório**

De autoria do Deputado Ivair Nogueira, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação de Desenvolvimento e Integração Sociocultural dos Afrodescendentes de Machado – Adesam –, com sede no Município de Machado.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.573/2012 pretende declarar de utilidade pública a Associação de Desenvolvimento e Integração Sociocultural dos Afrodescendentes de Machado – Adesam –, com sede no Município de Machado, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por escopo a defesa dos interesses e dos valores da comunidade negra local.

Com esse propósito, a instituição realiza ações voltadas para a promoção da cultura, do entretenimento e do lazer; do desenvolvimento econômico e social; dos direitos da infância e da adolescência; de projetos educacionais, culturais e esportivos; de valores universais como paz, ética, cidadania, direitos humanos e democracia.

Tendo em vista o relevante trabalho social desenvolvido pela Adesam para a preservação da cultura e para a melhoria das condições de vida dos afrodescendentes do Município de Machado, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.573/2012, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 17 de dezembro de 2012.

Pompílio Canavez, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 3.575/2012**Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social
Relatório**

De autoria do Deputado Duílio de Castro, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação dos Beneficentes do Bairro Ribeiro Cardoso – ABBRC –, com sede no Município de Entre Rios de Minas.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 3.575/2012 pretende declarar de utilidade pública a Associação dos Beneficentes do Bairro Ribeiro Cardoso – ABBRC –, com sede no Município de Entre Rios de Minas, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por escopo a melhoria das condições de vida da comunidade em que atua.

Com esse propósito, a instituição combate a fome e a pobreza; luta por moradia digna; desenvolve atividades culturais, esportivas e recreativas; promove a proteção, o amparo e o atendimento a crianças e idosos carentes; oferece oficinas de artesanato e cursos de alfabetização e profissionalizantes; incentiva a integração de jovens e adultos no mercado de trabalho; possibilita assistência médica, odontológica e psicológica a seus assistidos; orienta sobre a proteção do meio ambiente; realiza campanhas para distribuição de agasalhos e de combate a doenças transmissíveis e infectocontagiosas; apoia a habilitação, a reabilitação e a reintegração à vida comunitária de pessoas com deficiência.

Tendo em vista o relevante trabalho social desenvolvido pela ABBRC junto à população carente desse Bairro do Município de Entre Rios de Minas, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.575/2012, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 17 de dezembro de 2012.

Pompílio Canavez, relator.

**COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE****COMUNICAÇÃO**

- O Sr. Presidente despachou, em 17/12/2012, a seguinte comunicação:

Do Deputado Delvito Alves em que notifica sua renúncia ao mandato parlamentar a partir de 18/12/2012, em face de sua eleição para o cargo de Prefeito Municipal de Unai.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 17/12/2012, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Delvito Alves

exonerando João Rodrigues Lopes do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas.

Gabinete do Deputado Rômulo Viegas

exonerando Wagner Ligeiro Camargos do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 4 horas;

nomeando Rafaela Miranda Camargos para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 4 horas.

Nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, da Lei nº 9.384, de 18/12/86, da Resolução nº 5.203, de 19/3/02 e 5.305, de 22/6/07, assinou o seguinte ato:

nomeando João Rodrigues Lopes para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão VL-36, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, e 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando Luiz Pereira Gontijo do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria;

nomeando Cláudia Basile Martins Silva para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria.

Nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando José Eugênio Sena Souto do cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete do Deputado Delvito Alves.

ATO DA PRESIDÊNCIA

Nos termos do art. 63, I, combinado com o art. 50, do Regimento Interno, a Presidência convoca o Sr. Edy Araújo Júnior, primeiro suplente da coligação PTB-PSB, para tomar posse como Deputado Estadual, a partir de 18 de dezembro de 2012, na vaga decorrente da renúncia do Deputado Delvito Alves para ocupar o cargo de Prefeito Municipal de Unaí.

Mesa da Assembleia, 17 de dezembro de 2012.

Dinis Pinheiro, Presidente.

AVISO DE LICITAÇÃO**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 105/2012****NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 119/2012**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 9/1/2013, às 10h30min, pregão eletrônico do tipo menor preço global, através da internet, tendo por finalidade o fornecimento, com instalação, de divisórias sanitárias e painéis de laminado decorativo estrutural.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos "sites" www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte (MG), CEP 30190-090, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,05 por folha. Caso os interessados prefiram, poderão solicitar a reprodução eletrônica gratuita, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 17 de dezembro de 2012.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

**ERRATAS****PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 2.669/2011**

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 19/10/2012, na pág. 13, onde se lê:



“EMENDA Nº 2

Dê-se ao art. 1º a seguinte redação:”, leia-se:

“EMENDA Nº 2

Dê-se ao “caput” do art. 1º a seguinte redação:”.

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe verificada na edição de 12/12/2012, sob o título “Gabinete da Deputada Ana Maria Resende”, na pág. 67, onde se lê:

“Gabriela Gleyce Leite”, leia-se:

“Gabriela Gleyce Leite de Aquino”.

ATA DA 88ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 13/12/2012

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 15/12/2012, na pág. 22, sob o título "Requerimentos", no Requerimento nº 4.150/2012, após a expressão "na região" insira-se:

“de Unai”.